



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



RELATÓRIO DE GESTÃO

.....
EXERCÍCIO 2018

Sumário



Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010 e DN 170/2018.

Mensagem do Presidente _____ **3**

Capítulo 1: Visão Geral da Organização _____ **4**

Capítulo 2: Resultados da Gestão _____ **12**

Capítulo 3: Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão _____ **18**

Capítulo 4: Demonstrações Contábeis _____ **47**

Mensagem do Presidente



**JULIANO DO VALE, CD
PRESIDENTE**

O compromisso assumido em defesa da valorização da Odontologia brasileira motivou o enfrentamento das dificuldades para transferência da sede do Conselho Federal de Odontologia (CFO) do Rio de Janeiro para Brasília/DF. 2018 foi um ano marcado por intenso trabalho para reestruturação administrativa e readequação das rotinas de trabalho.

Com transparência, ética e responsabilidade social, foi possível consolidar a continuidade da supervisão ética odontológica e zelo pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, focado em minimizar qualquer tipo de prejuízo aos profissionais inscritos e à sociedade.

A duras penas, envidamos todos os esforços para organizar e reestruturar o corpo profissional da Autarquia. O cenário resultou da enorme perda da força de trabalho.

Do total de 77 profissionais em plena atividade no Rio de Janeiro, apenas 43% do quadro efetivo optou pela mudança de cidade para continuar com vínculo com CFO.

Nesse processo de transição, 23 profissionais aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e 21 profissionais tiveram seus contratos anulados por força de decisão judicial. Como parte da solução, realizamos o primeiro concurso público na história do Conselho Federal de Odontologia para suprir o déficit gerado. Além de fazer cumprir a regra do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal para contratação de empregados, considerando a natureza jurídica da Autarquia, com personalidade jurídica de direito público. Dessa forma, a composição da força de trabalho do CFO foi firmada em 85% de profissionais efetivos e 15% de cargos em comissão.

A nomeação integral de todos os concursados esbarrou, ainda, em outra dificuldade: grande parcela dos candidatos aprovados e nomeados tinha o CFO como primeiro emprego. Apesar do alto nível intelectual e de qualificação técnica, os concursados não possuíam experiência profissional no cargo assumido.

O que implicou, diretamente, no cumprimento das normativas exigidas pelo Ministério do Planejamento, à época; bem como no conhecimento e migração do sistema antigo utilizado pelos Conselhos de Odontologia. Mas a cada etapa, uma nova vitória foi estabelecida.

Nesse contexto, enfrentamos, inclusive, diversas dificuldades operacionais de dois importantes setores do CFO: Tecnologia da Informação (TI) e Compras-Licitações.

No âmbito da TI, além da inexperiência profissional do corpo técnico em relação à infraestrutura e linguagens próprias do CFO (MUMPS), o problema somou, ainda, aos equipamentos obsoletos, aos sistemas que não correspondiam às necessidades atuais, à insegurança de todos os dados armazenados, um verdadeiro cenário de iminentes riscos tecnológicos. No setor de compras e licitações, a falta de experiência dos funcionários e pregoeiros fomentou um ambiente de extrema morosidade nos pareceres jurídicos associado à falta de rotinas e procedimentos administrativos eficientes.

Gradativamente, estamos tentando instituir adequada estruturação física e de equipamentos. Ambiente salubre, condizente com o exercício profissional de cada setor. Além disso, estabelecemos o cumprimento efetivo da jornada de trabalho e foi iniciada a elaboração de políticas de avaliação de desempenho e de um plano anual de treinamento. O intuito do CFO é estabelecer benefícios trabalhistas dignos, igualitários e pertinentes à função exercida, em médio e longo prazo. Esse alinhamento também somou ao controle efetivo de gastos com pessoal e com diária de colaboradores. É importante ressaltar que, anteriormente, ainda no Rio de Janeiro, o registro ou controle desses gastos eram precários e ineficientes. Esse caso, em específico, é de conhecimento de todos os integrantes da corte máxima do Tribunal de Contas da União (TCU).

O cenário de 2018 contribuiu significativamente para redução de despesa com pessoal, 16%, no comparativo entre 2018 e 2016, e redução de 11% se compararmos 2018 com 2017. Em linhas gerais, as despesas fixas com pessoal apresentaram uma redução, mesmo com a implementação de novas forças de trabalho.

O somatório de ações inéditas representou, sem sombra de dúvida, verdadeiro marco na história do Conselho Federal de Odontologia.

Paralelo às diversas mudanças, a Autarquia caminhou para fazer cumprir a missão precípua de fiscalização profissional para promoção da melhoria dos serviços prestados e proteção da sociedade. Um desafio cumprido corajosamente pela Diretoria Executiva e pelo Plenário da Autarquia, com apoio do quadro funcional. Temos a certeza de que a travessia garantirá, ainda mais, o fortalecimento da Odontologia nacional.

Temos plena convicção de que as mudanças, os desafios e, principalmente, os avanços, representam um novo tempo de trabalho junto aos Cirurgiões-Dentistas, aos Auxiliares de Saúde Bucal, aos Técnicos em Saúde Bucal, aos Técnicos em Prótese Dentária, aos Auxiliares de Prótese Dentária e às Clínicas Odontológicas.

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Visão Geral da Organização

O Conselho Federal de Odontologia

O Conselho Federal de Odontologia, como unidade central, e os Conselhos Regionais de Odontologia, como unidades a ele vinculadas, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704, de 03 de junho de 1971, constituem em seu conjunto, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa, uma entidade fiscalizadora da Odontologia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. A jurisdição do Conselho Federal de Odontologia, como unidade central, abrange todo o território nacional.

Os Conselhos Regionais de Odontologia, unidades vinculadas, com sede e foro em cada uma das Capitais dos Estados e no Distrito Federal, são denominados segundo as suas jurisdições, as quais abrangem, respectivamente, as dos Estados e a do Distrito Federal.

O Conselho Federal de Odontologia é a unidade central da entidade, responsável direta perante o poder público, por si e através dos Conselhos Regionais, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público e da classe odontológica que determinaram a sua criação. Para cumprir sua missão, o CFO legisla por meio de Atos Normativos, julga Processos Éticos e centraliza as informações sobre cursos de Especialização registrados e reconhecidos, bem como sobre o número de inscritos em todo o Brasil, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliar de Saúde Bucal, Técnicos em Saúde Bucal, Técnicos em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Clínicas Odontológicas.

São finalidades do Conselho Federal de Odontologia, em todo o território nacional:

- Supervisionar a ética;
- Zelar pelo bom conceito da profissão de cirurgião-dentista e das demais a esta vinculadas;
- Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
- Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional;
- Funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia;
- Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais.

No atendimento de suas finalidades, o Conselho Federal de Odontologia exerce as seguintes ações:

- Deliberativa;
- Administrativa ou executiva;
- Normativo-regulamentar;
- Contenciosa, de instância superior;
- Supervisora; e,
- Disciplinar.

Visão Geral da Organização

O Conselho Federal de Odontologia é constituído por 09 (nove) membros efetivos, designados pelo título de Conselheiros, e 9 (nove) Suplentes, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos na forma prevista em Regimento Próprio, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em Assembléia de Delegados dos Conselhos Regionais.

Conselheiros Efetivos

JULIANO DO VALE, CD - **Presidente**
ERMENSSON LUIZ JORGE, CD - **Vice-presidente**
EIMAR LOPES DE OLIVEIRA, CD - **Secretário-geral**
ROGÉRIO D. ZIMMERMANN, CD - **Tesoureiro**
ATAÍDE MENDES AIRES, CD
JOÃO AMÉRICO NORMANHA NOVAES, CD
MESSIAS GAMBÔA DE MELO, CD
PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA, CD
RODRIGO IVO MATOSO, CD

**Gestão finalizada em
08/12/2018**

Conselheiros Suplentes

DALTER SILVA FAVARETE, CD
FRANCISCO X. PARANHOS COELHO SIMÕES, CD
HARILDO DÉDA GONÇALVES, CD
LUIZ FERNANDO RODRIGUES ROSA, CD
ROBERTA ATTA FARIAS, CD
TITO PEREIRA FILHO, CD

Comissões Permanentes

Comissão de Tomada de Contas

Presidente Paulo Sérgio Moreira da Silva (CRO-AL)
Membros Messias Gambôa de Melo (CRO-PA),
Roberta Atta Farias (CRO-PI)

Comissão de Odontologia Hospitalar

Presidente Keller de Martini (CRO-SP)
Membros Andreia Cristina Leal Figueiredo (CRO-BA),
Frederico Eugenio (CRO-TO),
Jacqueline Webster (CRO-RS),
Lilian Aparecida Pasetti (CRO-PR),
Luiz Alberto Valente Soares Júnior (CRO-SP)

Comissão de Convênios e Credenciamentos

Presidente Giancarlo Crosara Lettieri (CRO-DF)
Membros Celso Yamashita (CRO-PR),
Cleso André Guimarães Júnior (CRO-MG),
Ricardo Martinez Camolesi (CRO-TO),
Eduardo Ayrtton C. Vasconcelos (CRO-PE)

Comissão de Registros

Presidente Élio Silva Lucas (CRO-ES)
Membros Girleide Araújo de Souza (CRO-BA),
Toshio Uehara (CRO-SP)

Comissão de Ensino

Presidente Dalter Silva Favarete (CRO-MT)
Membros André M. de Senna (CRO-TO),
Ataíde Mendes Aires (CRO-MA),
Daniele C. Dourado (CRO-BA),
Paulo S. Galletta (CRO-SC),
Rodrigo C. Couto (CRO-MG),
Sofia Takeda Uemura (CRO-SP)

Comissão de Educação

Presidente João A. N. Novaes (CRO-MG)
Membros Altair D. de Andrade (CRO-RJ),
André U. D. Batista (CRO-PB),
Antônio F. Costa (CRO-PI),
Francisco Xavier P. C. Simões (CRO-BA),
Guilherme D. Nielsen Motta (CRO-AM)

Comissão do Mercosul

Presidente Zacaria Y. Mohamad Omar (CRO-MS)
Membros Luiz Moreira de Souza Júnior (CRO-DF),
Tatiana Bones Beltrami (CRO-RS)

Comissão de Legislação

Presidente Messias G. de Melo (CRO-PA)
Membros Adriana Paula de A. da Costa e
Silva Santiago (CRO-PE),
Alexandre de O. Rangel (CRO-SP),
Doriélio B. da Costa (CRO-RN),
Joaquim de O. Pimentel (CRO-CE),
Nilo A. Pereira Júnior (CRO-GO)

Comissão de Políticas Públicas de Saúde

Presidente Guilherme F. Graziani (CRO-PR)
Membros Gabriela da S. Gaspar (CRO-PE),
José de F. Loureiro Júnior (CRO-MT),
Kátia Born Ribeiro (CRO-AL),
Paulo C. Narvai (CRO-SP),
Maria das Graças G. Pereira (CRO-PA),
Sérgio D'Avila L. B. Cavalcanti (CRO-PB)

Comissão da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional

Presidente Júlio César Gomes Bezerra (CRO-GO)
Membros Anna Tereza A. de Andrade Lima (CRO-SE),
Luciano Teixeira da Silva (CRO-AP),
Sperandio Del Caro Neto (CRO-ES)

Comissão Parlamentar

Presidente Márcio André Redmann (CRO-RS)
Membros Alberto Fernandes Moreira (CRO-RJ),
Luiz Carlos Basílio Paes (CRO-AC),
Moisés Pereira dos Santos (CRO-AP),
Sérgio de Sá Pires (CRO-PI)

Comissão de Comunicação

Presidente Harildo Déda Gonçalves (CRO-SE)
Membros Rodrigo Ivo Matoso (CRO-RR)

Comissão de eventos

Presidente Eimar Lopes de Oliveira (CRO-RN)
Membros Roberta Atta Farias (CRO-PI)

Visão Geral da Organização

Estrutura Organizacional

A administração do Conselho Federal de odontologia é exercida por uma Diretoria, com mandato trienal, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos, também, por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

A estrutura do Conselho Federal de Odontologia compreende:

Órgão Deliberativo: Plenário;

Órgãos Deliberativos específicos: Assembléia Conjunta e Grande Plenário;

Órgãos Deliberativo-Executivos: Diretoria e Conselhos Regionais de Odontologia;

Órgãos Complementares: Comissões e representações de caráter permanente e, Superintendência Executiva;

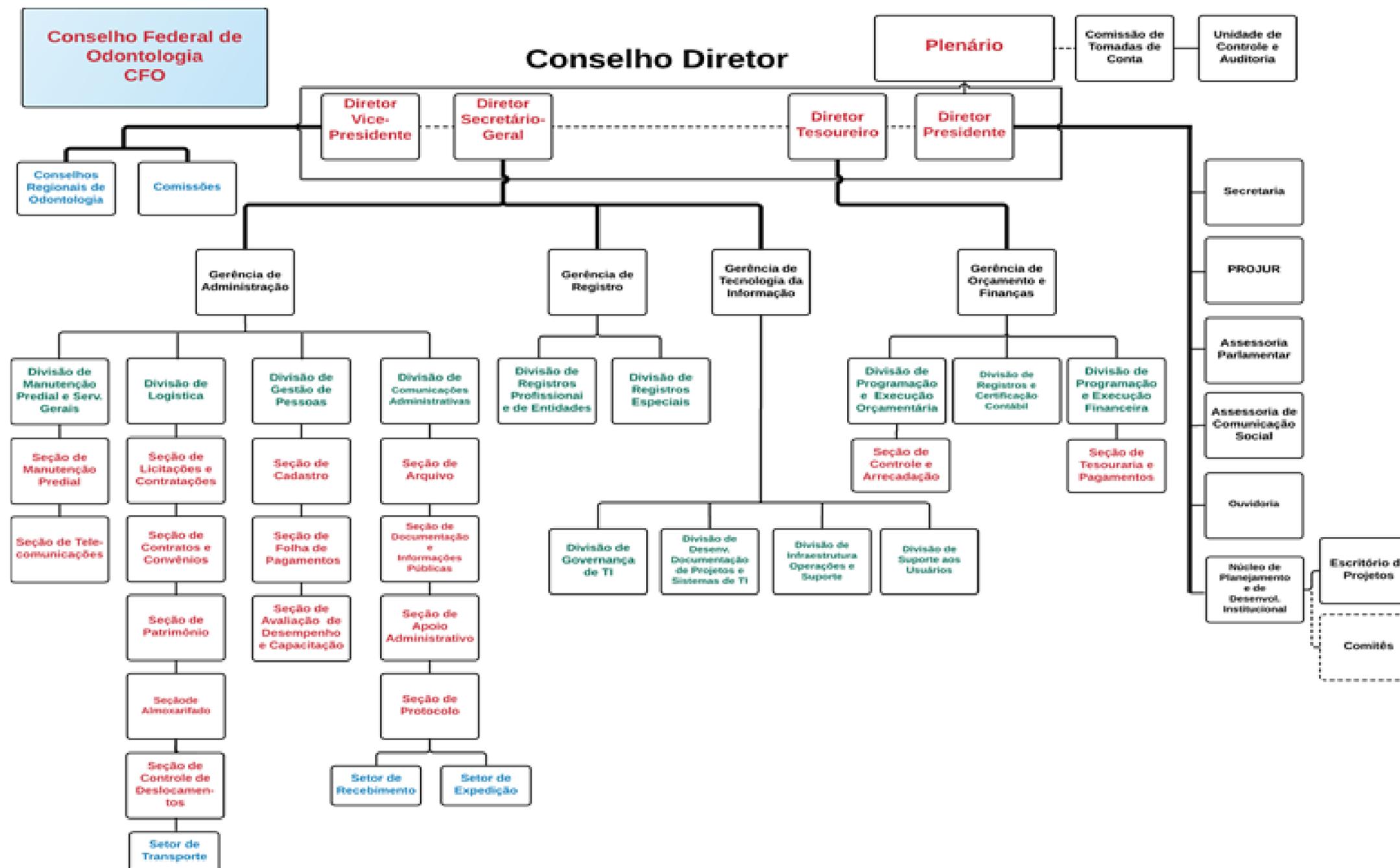
Órgãos Técnicos: Consultorias, Assessorias e Co-missões específicas, dentre estas, aquelas constituídas por profissionais auxiliares; e,

Órgãos Auxiliares: Gerências, Departamentos, Setores administrativos, Delegacias e Escritórios.

A seguir está representado o Organograma do CFO, proposto e aprovado em reunião plenária ocorrida em 23 e 24 de março de 2017, em Brasília.

Visão Geral da Organização

Estrutura Organizacional



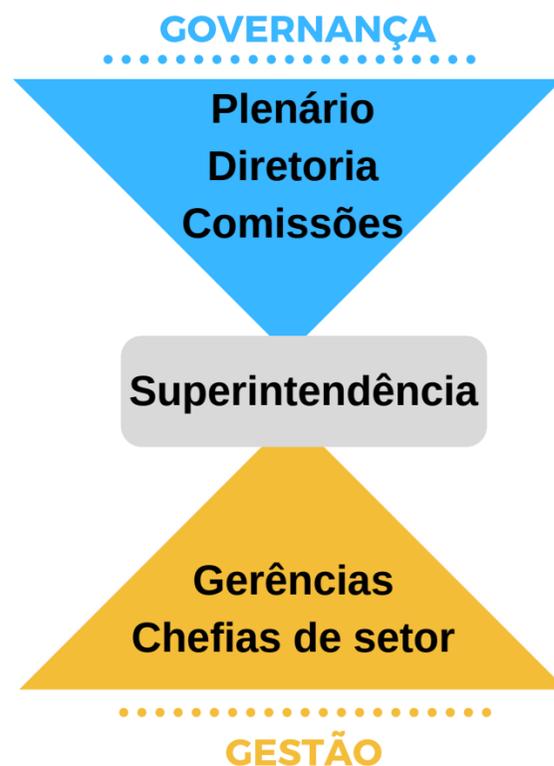
Visão Geral da Organização

Planejamento

O Conselho Federal de Odontologia não implementou em 2018 nenhuma sistemática de planejamento estratégico.

Governança

De acordo com seu Regimento Interno, segue modelo ilustrativo das instâncias internas de governança do CFO:



DO PLENÁRIO:

Art. 8º. Através de seu Plenário, constituído pelos membros efetivos, compete ao CFO:

- I - Propor, aos poderes competentes, emendas ou alterações da Lei nº 4324/64, de seu decreto regulamentador e da Lei 5.081/66, assim como a elaboração ou emendas de outras leis referentes ao exercício da Odontologia e das profissões auxiliares;
- II - Destituir Conselheiro Regional, por ato de improbidade ou desídia na função;
- III - Apreçar o seu relatório anual e os dos Conselhos Regionais; (...)
- VI - Aplicar aos membros dos Conselhos de Odontologia as penalidades que couberem pelas faltas de qualquer natureza praticadas durante o exercício de mandato; (...)
- XV - Aprovar a sua proposta orçamentária e as reformulações de seu orçamento;
- XVII - Impor penalidades;
- XXVIII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

DA DIRETORIA:

Art. 42. A responsabilidade administrativa e financeira do Conselho Federal e a sua representação ampla cabem ao Presidente, através de ação coordenada com os demais Diretores, nas áreas político-profissional, administrativa e econômico-financeira.

§ 1º. A área político-profissional cabe ao Vice-Presidente;

§ 2º. A área administrativa cabe ao Secretário-Geral;

§ 3º. A área econômico-financeira cabe ao Tesoureiro

DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Art. 34. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - Emitir parecer, para consideração e julgamento do Plenário, nos balancetes e processos de tomada de contas do Conselho Federal, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

- a) recebimento das rendas integrantes da receita;
- b) regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções;
- c) regularidade do processamento de aquisições, alienações e baixas dos bens patrimoniais; e,
- d) regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas.

DA SUPERINTENDÊNCIA:

Art. 57. A Superintendência Executiva é o órgão através do qual a Diretoria desempenha sua ação executiva, atuando diretamente sobre os órgãos técnicos e auxiliares integrantes da estrutura da Entidade, coordenando suas atividades.

DAS GERÊNCIAS:

Art. 76. Compete ao Gerente:

- I - Despachar, pessoalmente, com o Presidente e o Superintendente Executivo; e,
- II - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de sua Gerência específica.

DAS CHEFIAS DE SETOR:

Art. 77. Compete ao Chefe de Setor:

- I - Despachar, pessoalmente, com o Superintendente Executivo; e,
- II - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de seu setor específico.

Visão Geral da Organização

Governança

A respeito de seu modelo de governança, o CFO participou do "Levantamento de Governança e Gestão Públicas 2018", promovido pelo Tribunal de Contas da União, de modo a diagnosticar a maturidade de governança institucional do órgão.

Realizado em formato de autoavaliação, os valores são apresentados em gráficos tipo radar, de 0 (0%) a 100 (100%), em contextos de Governança Pública, Gestão de Pessoas, Gestão de TI e Gestão de Contratações:

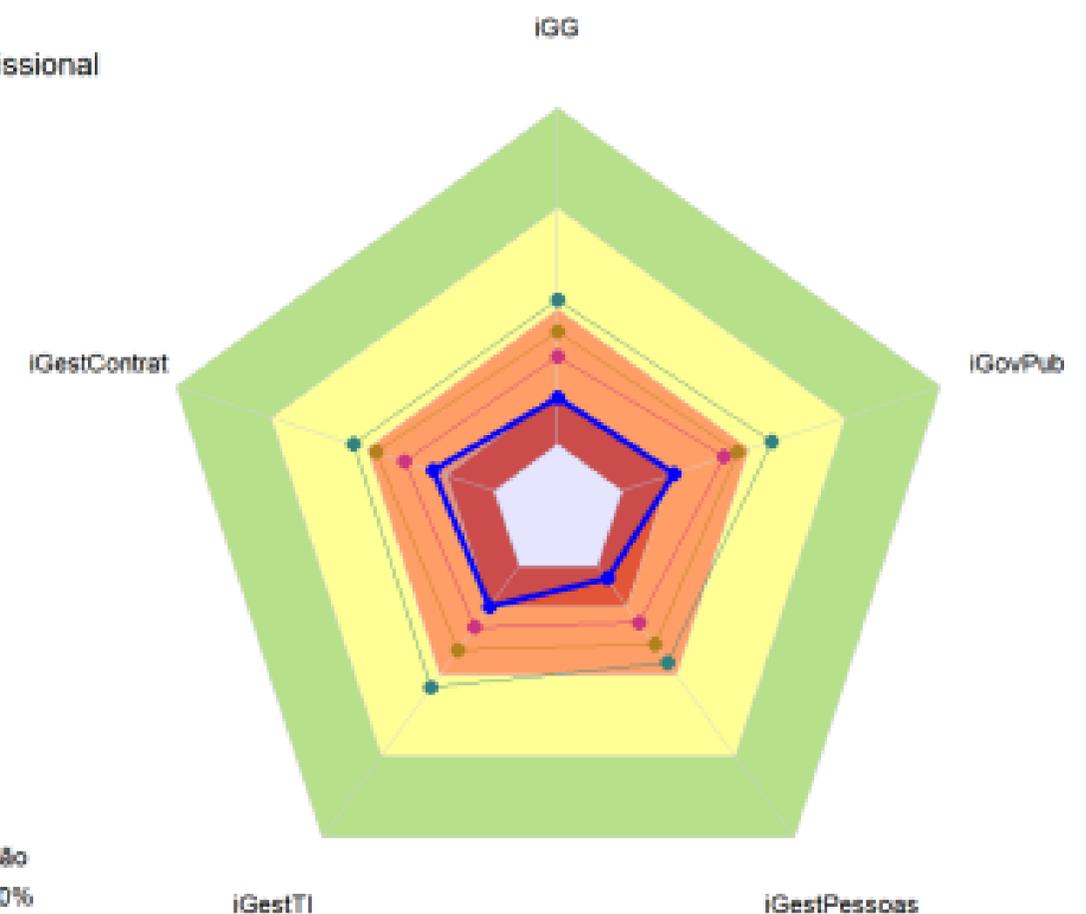
Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	14%
iGovPub (índice de governança pública)	17%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	10%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	5%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	13%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	15%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	13%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	19%

O relatório completo está disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2018/resultados.htm>

Perfil de Governança e Gest Públicas 2018 CFO - Conselho Federal de Odontologia

- 0.CFO
- 1.Conselho Profissional
- 2.Terceiro Setor
- 3.Todos



Visão Geral da Organização

Principais canais de comunicação com as partes interessadas



O Conselho Federal de Odontologia possui diversos canais de comunicação à disposição da sociedade para divulgação de ações e iniciativas, prestações de contas de nossas atividades, bem como recebimento de interações, sugestões e críticas à nossa atuação.

CAPÍTULO 2

RESULTADOS DA GESTÃO

Resultados da Gestão

SITUAÇÃO ATUAL

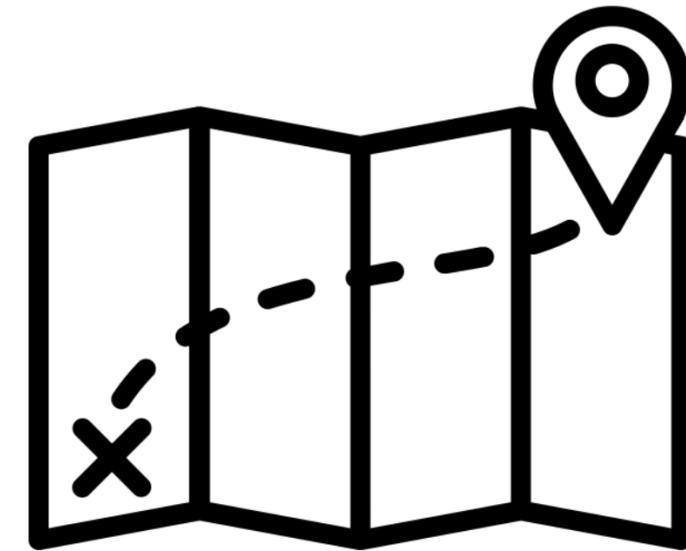
Considerando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Conselho nos últimos anos, notadamente em relação ao plano de demissão voluntária – PDV, anulação de contratos e a transferência de sua sede administrativa, a gestão vem buscando evoluir em relação ao caráter estratégico da instituição visando os desdobramentos em planos e projetos formais.

PERSPECTIVA FUTURA

A construção de um planejamento estratégico se coloca como uma meta, uma oportunidade de crescimento institucional. Embora o crescimento se mostre constante, temos a plena consciência de que precisamos continuar evoluindo cada vez mais.

ATENDIMENTO À FINALIDADE

A seguir apresentaremos resultados alcançados durante o período, relacionados às principais atividades finalísticas do CFO.



Resultados da Gestão

Resultados operacionais



Atos normativos

54

Decisões

São atos através dos quais o Órgão decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação ou disposição regulamentar.

8

Resoluções

São atos através dos quais o Órgão impõe ou estabelece normas de caráter geral.

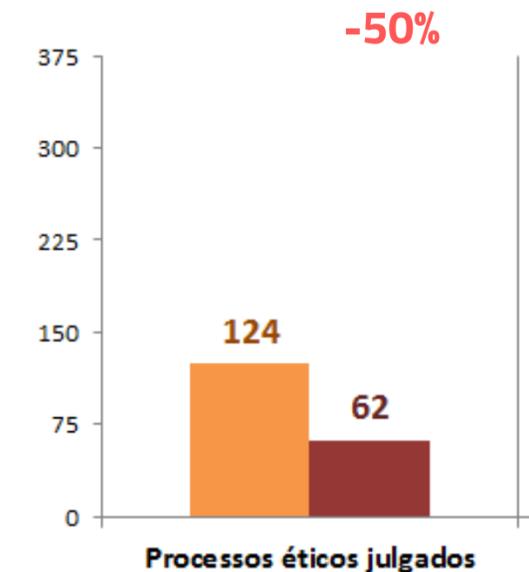
162

Portarias

São atos através dos quais a Presidência dispõe dentro de sua competência sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa



Processos éticos e pareceres



Fonte: Procuradoria Jurídica

Resultados da Gestão

Resultados operacionais

Consolidado Nacional

513.873

Profissionais da Odontologia cadastrados

48.184

Entidades da Odontologia cadastradas



Cursos habilitados

503

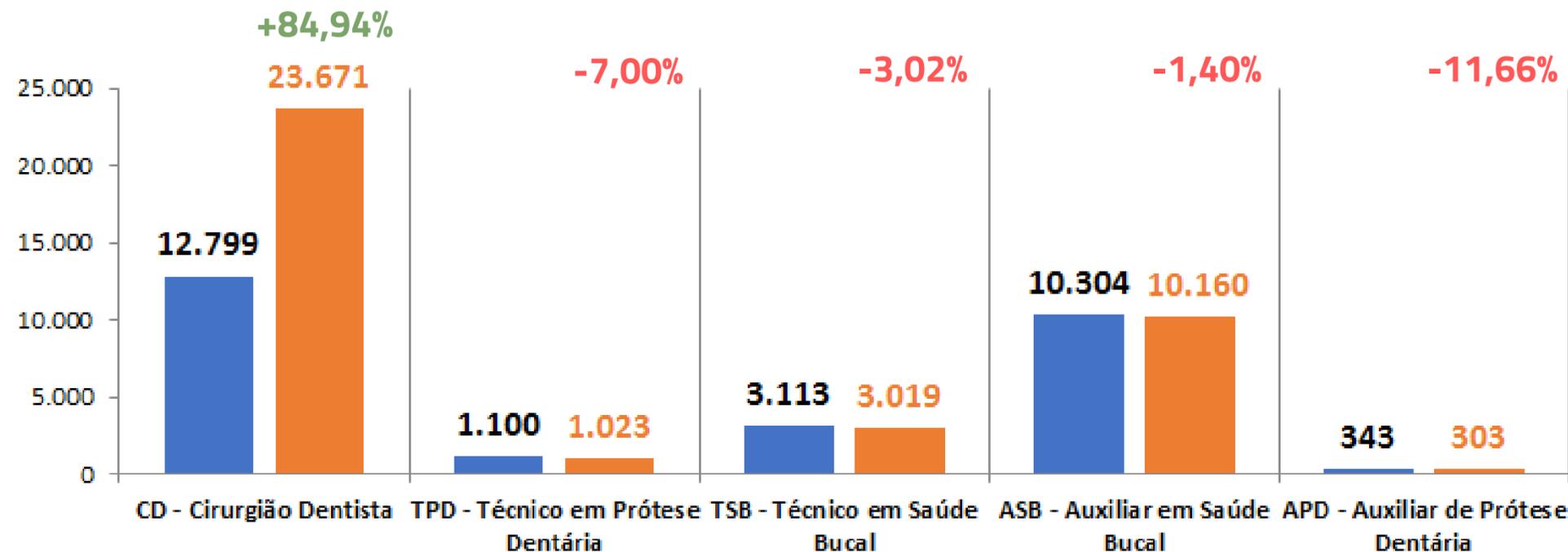
Total de Portarias

- Reconhecem cursos em Instituições de Ensino Superior;
- Credenciam Entidades Representativas de Classe;
- Renovações de cursos.



Registros profissionais

Novos registros por categoria - Comparativo



Fonte: Gerência de Tecnologia da Informação

■ 2017 ■ 2018

Fonte: Setor de Registros e Especialidades

Resultados da Gestão

Resultados operacionais



Reuniões

6

Reuniões Plenárias

7

Reuniões de Diretoria



Assembleias Conjuntas

2

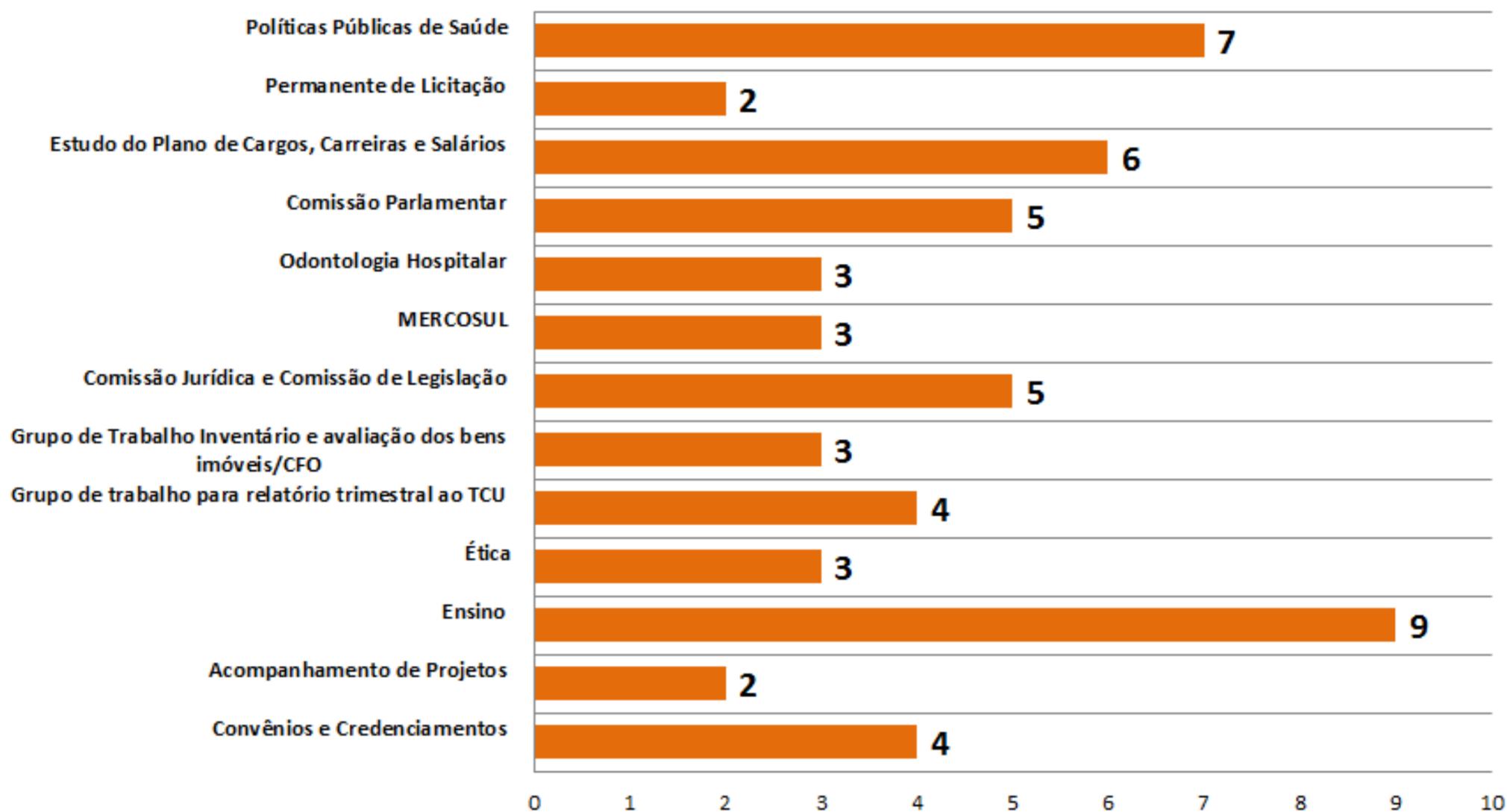
Assembleias Conjuntas

Resultados da Gestão

Resultados operacionais



Reuniões de Comissões



8

Comissões Permanentes

- Ensino;
- Mercosul;
- Legislação;
- Políticas Públicas de Saúde;
- Parlamentar;
- Odontologia Hospitalar;
- Convênios e Credenciamentos;
- Permanente de Licitação.

6

Comissões Especiais

- Estudo do Plano de Cargos, Carreira e Salários;
- Jurídica (Exame do Código de Ética Odontológica);
- Ética;
- Especial de Acompanhamento de Projetos;
- Grupo de Trabalho para elaboração de Trabalho Consistente no Inventário e Avaliação dos Bens/Imóveis de Propriedade do CFO;
- Grupo de Trabalho/TCU;

56

Reuniões de Comissões
(Permanentes e Especiais)

17

Representações em Fóruns e
Comitês da área de saúde

CAPÍTULO 3

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

PERFIL DO GASTO EM 2018

Como demonstrado anteriormente, o CFO possui natureza autárquica, arrecada e gerencia recursos públicos de natureza parafiscal, estando sujeito às normas da administração pública e ao controle jurisdicional do TCU. Nesse contexto, para atingir suas finalidades, o CFO, como qualquer outra entidade da administração pública, necessita de uma Gestão Orçamentária e Financeira alinhada com seu propósito perante a sociedade, que é cumprido através de seu orçamento anual. Por meio dele, os gestores devem estabelecer prioridades e decidem como aplicar os recursos financeiros originados da sociedade.

Fonte: Gerência Contábil

Quanto à evolução dos gastos, por não objetivar lucros e para alcançar sua finalidade, a maior fatia das despesas da autarquia é com pessoal e encargos, uso de bens, serviços e consumo em geral.

No que se refere à evolução desses gastos (empenhada, liquidada e paga) nos últimos anos, pode-se visualizar ao lado:

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	65.279.543,65	25.705.937,49	25.705.937,49	25.705.937,49	25.705.937,49	25.151.209,59	25.151.209,59	39.573.606,16	0,00	554.727,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.232.791,66	10.037.461,63	10.037.461,63	10.037.461,63	10.037.461,63	9.723.470,77	9.723.470,77	5.195.330,03	0,00	313.990,86
REMUNERAÇÃO PESSOAL	11.562.916,66	7.766.017,61	7.766.017,61	7.766.017,61	7.766.017,61	7.766.017,61	7.766.017,61	3.796.899,05	0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	3.669.875,00	2.271.444,02	2.271.444,02	2.271.444,02	2.271.444,02	1.957.453,16	1.957.453,16	1.398.430,98	0,00	313.990,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.060.711,11	11.525.868,45	11.525.868,45	11.525.868,45	11.525.868,45	11.285.131,41	11.285.131,41	23.534.842,66	0,00	240.737,04
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.941.750,00	1.955.383,27	1.955.383,27	1.955.383,27	1.955.383,27	1.843.324,75	1.843.324,75	986.366,73	0,00	112.058,52
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	1.300.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	1.192.000,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.300.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	1.192.000,00	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	27.214.561,11	7.296.806,91	7.296.806,91	7.296.806,91	7.296.806,91	7.169.178,39	7.169.178,39	19.917.754,20	0,00	127.628,52
DIÁRIA CIVIL	2.460.000,00	1.725.500,00	1.725.500,00	1.725.500,00	1.725.500,00	1.719.550,00	1.719.550,00	734.500,00	0,00	5.950,00
MATERIAL DE CONSUMO	2.792.061,11	779.163,02	779.163,02	779.163,02	779.163,02	779.163,02	779.163,02	2.012.898,09	0,00	0,00
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	257.000,00	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	252.019,06	0,00	0,00
REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	257.000,00	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	4.980,94	252.019,06	0,00	0,00
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	21.705.500,00	4.787.162,95	4.787.162,95	4.787.162,95	4.787.162,95	4.665.484,43	4.665.484,43	16.918.337,05	0,00	121.678,52
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.604.400,00	2.165.678,27	2.165.678,27	2.165.678,27	2.165.678,27	2.164.628,27	2.164.628,27	1.438.721,73	0,00	1.050,00
CONTRIBUIÇÕES	12.261.540,88	2.779.061,03	2.779.061,03	2.779.061,03	2.779.061,03	2.779.061,03	2.779.061,03	9.482.479,85	0,00	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.749.500,00	1.337.914,47	1.337.914,47	1.337.914,47	1.337.914,47	1.337.914,47	1.337.914,47	411.585,53	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	175.000,00	23.540,08	23.540,08	23.540,08	23.540,08	23.540,08	23.540,08	151.459,92	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	600.000,00	2.091,83	2.091,83	2.091,83	2.091,83	2.091,83	2.091,83	597.908,17	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	7.900.000,00	1.084.389,15	1.084.389,15	1.084.389,15	1.084.389,15	1.084.389,15	1.084.389,15	6.815.610,85	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	5.900.000,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	5.895.440,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.700.000,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	4.560,00	2.695.440,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200.000,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.000.000,00	1.079.829,15	1.079.829,15	1.079.829,15	1.079.829,15	1.079.829,15	1.079.829,15	920.170,85	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	73.179.543,65	26.790.326,64	26.790.326,64	26.790.326,64	26.790.326,64	26.235.598,74	26.235.598,74	46.389.217,01	0,00	554.727,90

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

PERFIL DO GASTO EM 2017

Para efeito comparativo, abaixo pode-se visualizar o perfil de gastos do Conselho em 2017, com despesas por conta empenhadas, liquidadas e efetivamente pagas, trazendo ainda o detalhamento das referidas despesas por grupos de contas.

Fonte: Gerência Contábil

Conta	Orçado	EMPENHOS		LIQUIDAÇÕES		PAGAMENTOS		SALDOS		
		Período	Exercício	Período	Exercício	Período	Exercício	Orçamento	A Liquidar	A Pagar
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	46.878.844,56	29.100.647,40	29.100.647,40	28.280.026,34	28.280.026,34	28.280.026,34	28.280.026,34	17.778.197,16	820.621,06	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.503.263,89	9.948.020,58	9.948.020,58	9.513.470,29	9.513.470,29	9.513.470,29	9.513.470,29	2.555.243,31	434.550,29	0,00
REMUNERAÇÃO PESSOAL	9.710.972,22	7.554.217,22	7.554.217,22	7.554.217,22	7.554.217,22	7.554.217,22	7.554.217,22	2.156.755,00	0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	2.792.291,67	2.393.803,36	2.393.803,36	1.959.253,07	1.959.253,07	1.959.253,07	1.959.253,07	398.488,31	434.550,29	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.151.080,67	13.113.568,13	13.113.568,13	12.927.497,36	12.927.497,36	12.927.497,36	12.927.497,36	13.037.512,54	186.070,77	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.941.750,00	1.534.511,66	1.534.511,66	1.534.511,66	1.534.511,66	1.534.511,66	1.534.511,66	1.407.238,34	0,00	0,00
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	3.459.004,56	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	521.389,43	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.459.004,56	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	2.937.615,13	521.389,43	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	17.065.926,11	6.472.108,52	6.472.108,52	6.346.732,32	6.346.732,32	6.346.732,32	6.346.732,32	10.593.817,59	125.376,20	0,00
DIÁRIA CIVIL	2.220.000,00	1.786.960,00	1.786.960,00	1.767.640,00	1.767.640,00	1.767.640,00	1.767.640,00	433.040,00	19.320,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	1.904.061,11	813.112,62	813.112,62	813.112,62	813.112,62	813.112,62	813.112,62	1.090.948,49	0,00	0,00
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	257.000,00	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	196.839,54	0,00	0,00
REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	257.000,00	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	60.160,46	196.839,54	0,00	0,00
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	12.684.865,00	3.811.875,44	3.811.875,44	3.705.819,24	3.705.819,24	3.705.819,24	3.705.819,24	8.872.989,56	106.056,20	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.684.400,00	2.169.332,82	2.169.332,82	2.108.638,25	2.108.638,25	2.108.638,25	2.108.638,25	515.067,18	60.694,57	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.400.000,00	3.205.514,79	3.205.514,79	3.005.514,79	3.005.514,79	3.005.514,79	3.005.514,79	1.194.485,21	200.000,00	0,00
VR PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.600.000,00	1.262.992,85	1.262.992,85	1.262.992,85	1.262.992,85	1.262.992,85	1.262.992,85	337.007,15	0,00	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.749.500,00	1.376.265,97	1.376.265,97	1.376.265,97	1.376.265,97	1.376.265,97	1.376.265,97	373.234,03	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	175.000,00	12.505,87	12.505,87	12.505,87	12.505,87	12.505,87	12.505,87	162.494,13	0,00	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000,00	127.014,37	127.014,37	127.014,37	127.014,37	127.014,37	127.014,37	72.985,63	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	100.000,00	54.764,84	54.764,84	54.764,84	54.764,84	54.764,84	54.764,84	45.235,16	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	17.900.000,00	14.809.625,81	14.809.625,81	14.751.841,25	14.751.841,25	14.751.841,25	14.751.841,25	3.090.374,19	57.784,56	0,00
INVESTIMENTOS	4.700.000,00	2.228.737,09	2.228.737,09	2.170.952,53	2.170.952,53	2.170.952,53	2.170.952,53	2.471.262,91	57.784,56	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.600.000,00	1.223.697,83	1.223.697,83	1.165.913,27	1.165.913,27	1.165.913,27	1.165.913,27	1.376.302,17	57.784,56	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.100.000,00	1.005.039,26	1.005.039,26	1.005.039,26	1.005.039,26	1.005.039,26	1.005.039,26	1.094.960,74	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	4.172.222,23	3.553.110,95	3.553.110,95	3.553.110,95	3.553.110,95	3.553.110,95	3.553.110,95	619.111,28	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	9.027.777,77	0,00	0,00	0,00
Total	64.778.844,56	43.910.273,21	43.910.273,21	43.031.867,59	43.031.867,59	43.031.867,59	43.031.867,59	20.868.571,35	878.405,62	0,00

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

ANÁLISE DE BALANÇOS

Balço Patrimonial			
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 62.611.174,82	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.312.237,01
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 30.141.607,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ -
		TOTAL DO PASSIVO	R\$ 1.312.237,01
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 91.440.545,28
TOTAL	R\$ 92.752.782,29	TOTAL	R\$ 92.752.782,29
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 60.615.791,48	PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 953.203,44
ATIVO PERMANENTE	R\$ 32.136.990,81	PASSIVO PERMANENTE	R\$ 359.033,57
SUPERÁVIT FINANCEIRO			R\$ 59.662.588,04

Fonte: Gerência Contábil

No Balço Patrimonial encontram-se os valores do ativo, que é o recurso controlado pela entidade como resultado de evento passado e o passivo, que é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Conforme demonstrativo acima, o CFO possui um ativo total de R\$ 92.752.782,29.

Deste valor, R\$ 62.611.174,82 refere-se ao ativo circulante e, ao observamos o passivo circulante, este possui o valor de R\$ 1.312.237,01, ou seja, o Conselho possui o **Capital Circulante Líquido (CCL) de R\$ 61.298.937,81.**

A análise do Balço Patrimonial da Lei 4.320/64 nos permite comparar o ativo real com o passivo real para visualizarmos o saldo patrimonial.

Como se pode observar no quadro abaixo, o ativo real do Conselho Federal de Odontologia é maior que o passivo real. Nesse caso, os ativos da entidade superam os passivos da entidade em R\$ 91.440.545,28.

Esta é uma situação favorável, pois os bens e direitos superam as obrigações, gerando um ativo líquido para entidade.

Ativo e Passivo – Balço Patrimonial			
ATIVO	Valor	PASSIVO	Valor
Ativo financeiro	R\$ 60.615.791,48	Passivo financeiro	R\$ 953.203,44
Ativo permanente	R\$ 32.136.990,81	Passivo permanente	R\$ 359.033,57
Ativo real	R\$ 92.752.782,29	Passivo real	R\$ 1.312.237,01
Passivo real líquido	R\$ 1.312.237,01	Ativo real líquido	R\$ 91.440.545,28
Total	R\$ 91.440.545,28	Total	R\$ 91.440.545,28

Fonte: Gerência Contábil

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

ANÁLISE DE BALANÇOS

Receitas e Despesas – Balanço Orçamentário							
	Previsão	Execução	Diferenças		Previsão	Fixação	Diferenças
Receita corrente	R\$ 59.467.159,64	R\$ 56.895.620,19	R\$ 2.571.539,45	Despesa corrente	R\$ 65.279.543,65	R\$ 25.705.937,49	R\$ 39.573.606,16
Receita de capital	R\$ 13.712.384,01	R\$ 415.380,09	R\$ 13.297.003,92	Despesa de capital	R\$ 7.900.000,00	R\$ 1.084.389,15	R\$ 6.815.610,85
Soma	R\$ 73.179.543,65	R\$ 57.311.000,28	R\$ 15.868.543,37	Soma	R\$ 73.179.543,65	R\$ 26.790.326,64	R\$ 46.389.217,01
Déficit			R\$ -	Superávit		R\$ 30.520.673,64	
Total	R\$ 73.179.543,65	R\$ 57.311.000,28	R\$ 15.868.543,37	Total	R\$ 73.179.543,65	R\$ 57.311.000,28	R\$ 46.389.217,01

Fonte: Gerência Contábil

Resultado orçamentário

O resultado orçamentário compara as receitas executadas com as despesas executadas.

Isto é, compara as receitas arrecadadas com as despesas empenhadas.

No caso em tela, observa-se que o CFO teve um resultado orçamentário (superávit orçamentário) de **R\$ 30.520.673,64**.

Quociente do resultado orçamentário

$$\text{Quociente do resultado orçamentário} = \frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 57.311.000,28}}{\text{R\$ 26.790.326,64}} = 2,13$$

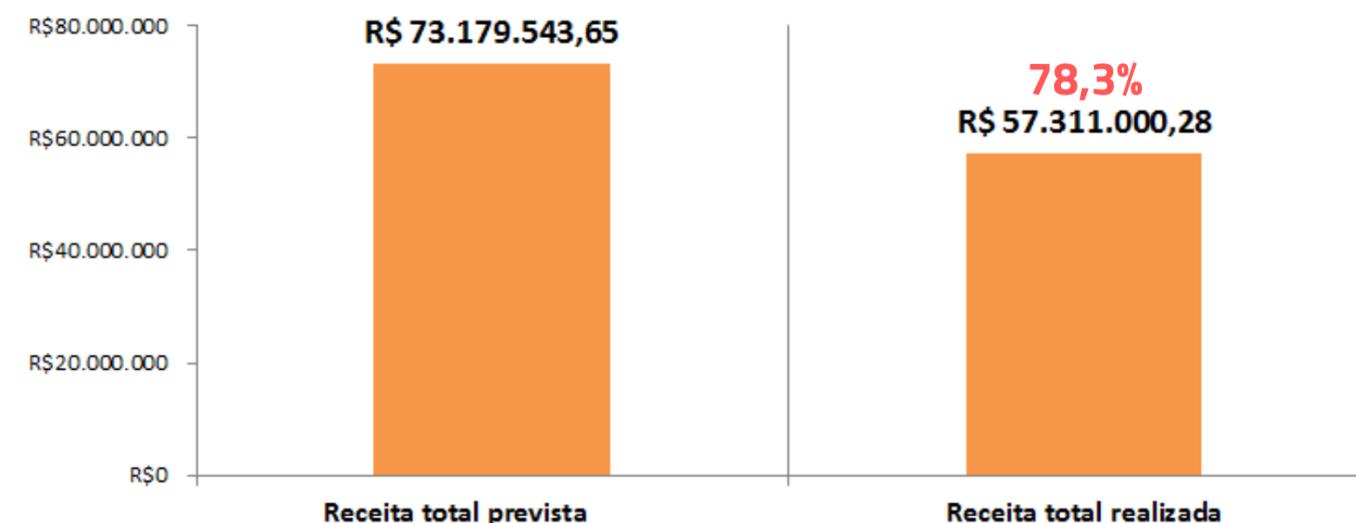
Nesse caso, as receitas arrecadadas superam as despesas executadas em mais de duas vezes.

COMPARATIVO DE RECEITAS

Execução das receitas

De acordo com o gráfico comparativo abaixo, a realização de receitas atingiu 78,3% da previsão orçamentária, em razão da não finalização dos trabalhos de destinação dos bens imóveis do CFO, cujo trabalho encontra-se em finalização pela atual gestão. Tal previsão de arrecadação geraria receitas de capital para o exercício de 2018 na ordem de R\$ 13.712,384,01.

Comparativo de Receitas
Previsto x Realizado



Fonte: Gerência Contábil

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

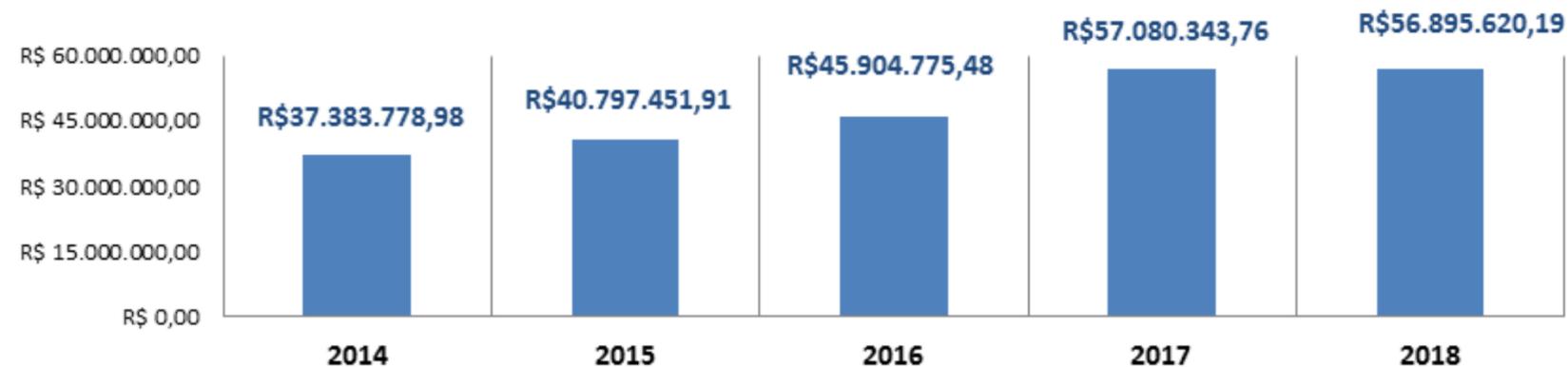
ANÁLISE DE BALANÇOS

Tendências de arrecadação

Observando o histórico de arrecadação da receita corrente pelo CFO entre os anos de 2014 a 2018, nota-se um crescimento médio de 11% no período.

Importa-se mencionar que a variação do ano de 2016 para 2017, de 24%, foi em função do reajuste da anuidade combinada com a edição da Resolução CFO nº 180, que dispõe sobre o Programa de Recuperação de Crédito.

Receitas Correntes

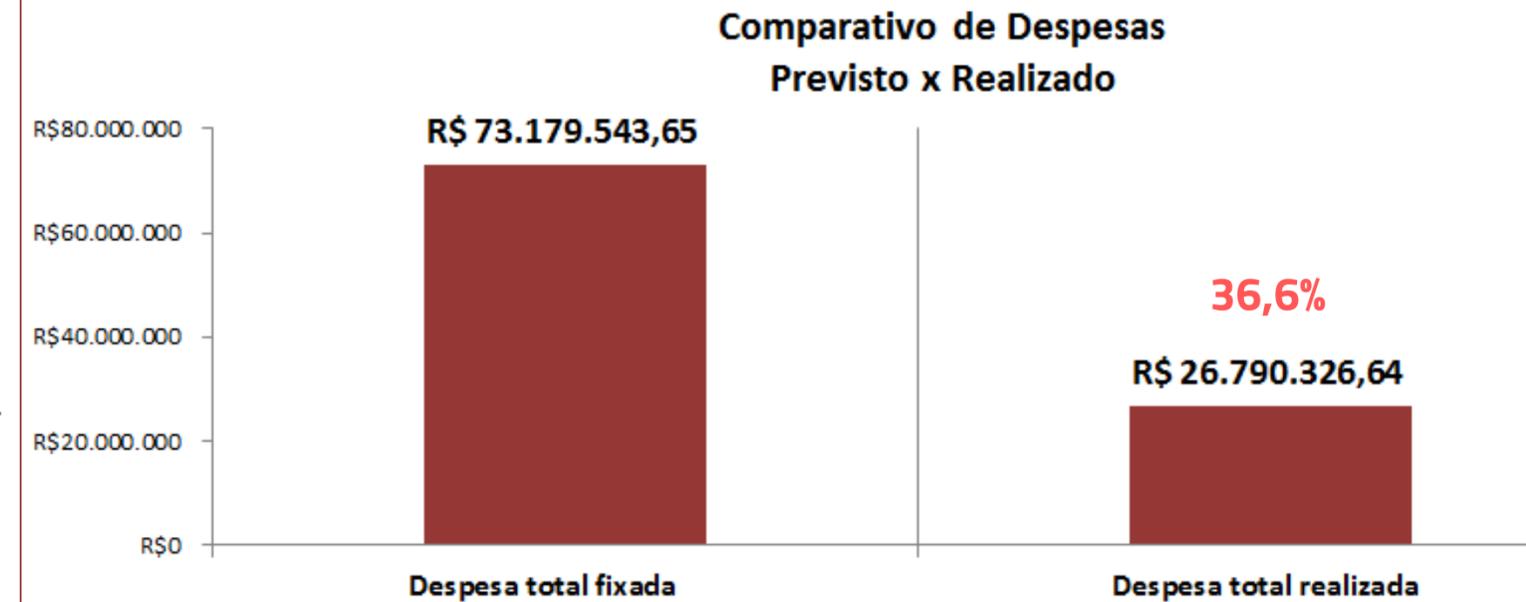


Fonte: Gerência Contábil

No que concerne ao crescimento da receita para exercícios futuros, esta somente vai elevar em função do crescimento vegetativo do número de inscritos, caso não seja reajustado o valor da anuidade.

COMPARATIVO DE DESPESAS

Execução das despesas



Fonte: Gerência Contábil

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

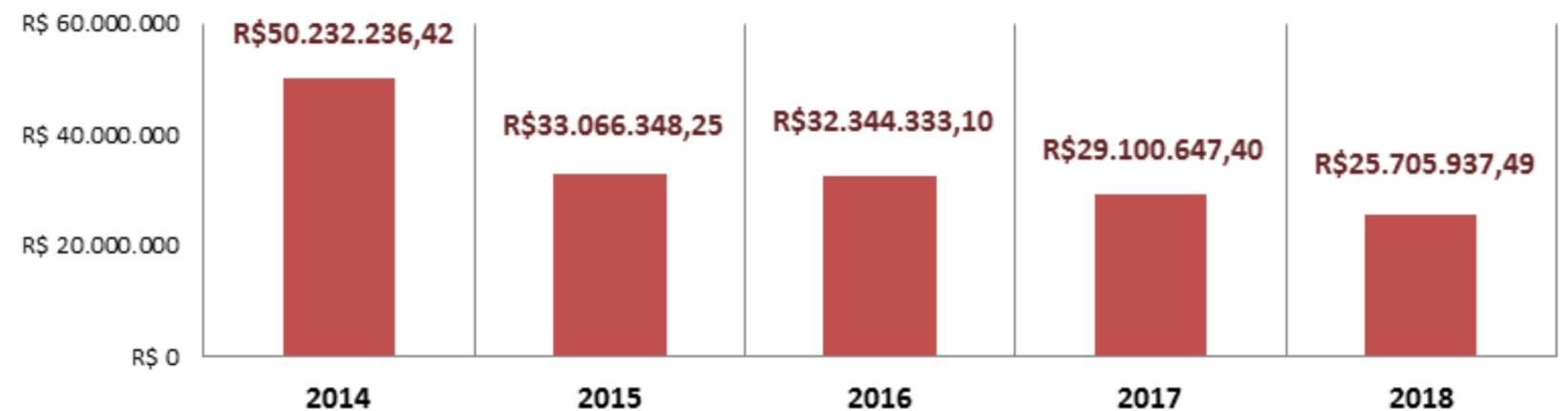
TENDÊNCIAS DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Execução das despesas

No tocante à tendência da despesa executada de 2014 a 2018, visualiza-se uma queda de 15% em média para o período.

Caso a política do CFO se mantenha a mesma dos anos de 2014 e 2018 para os próximos exercícios, a variação deve-se manter no mesmo patamar de 11% em média.

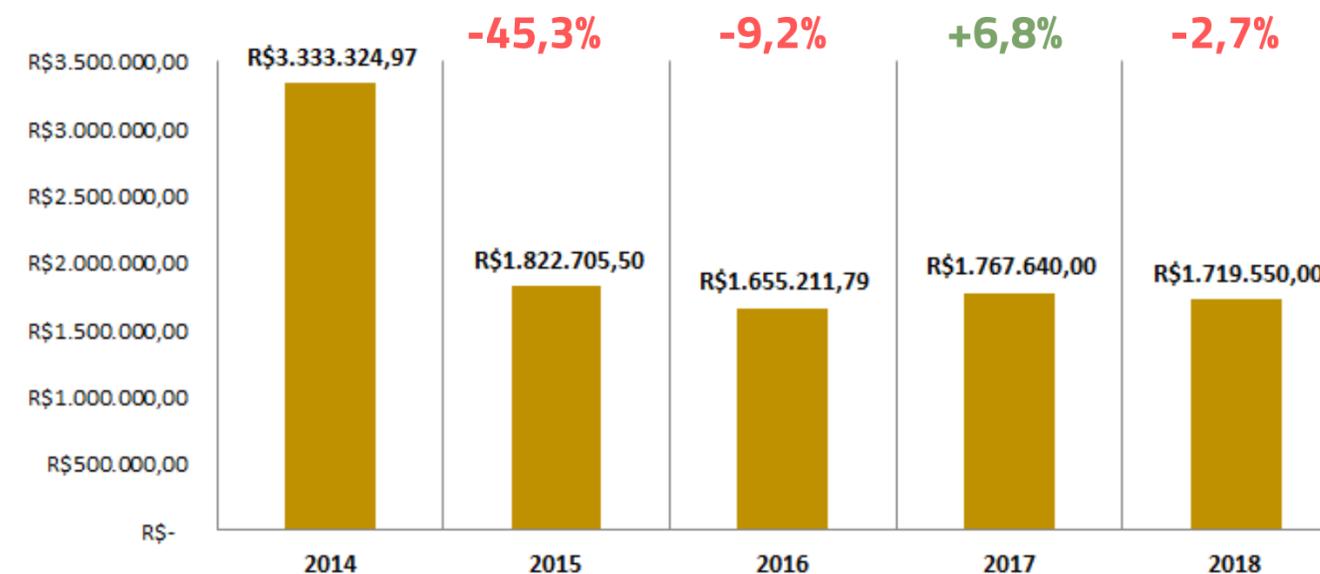
Despesas



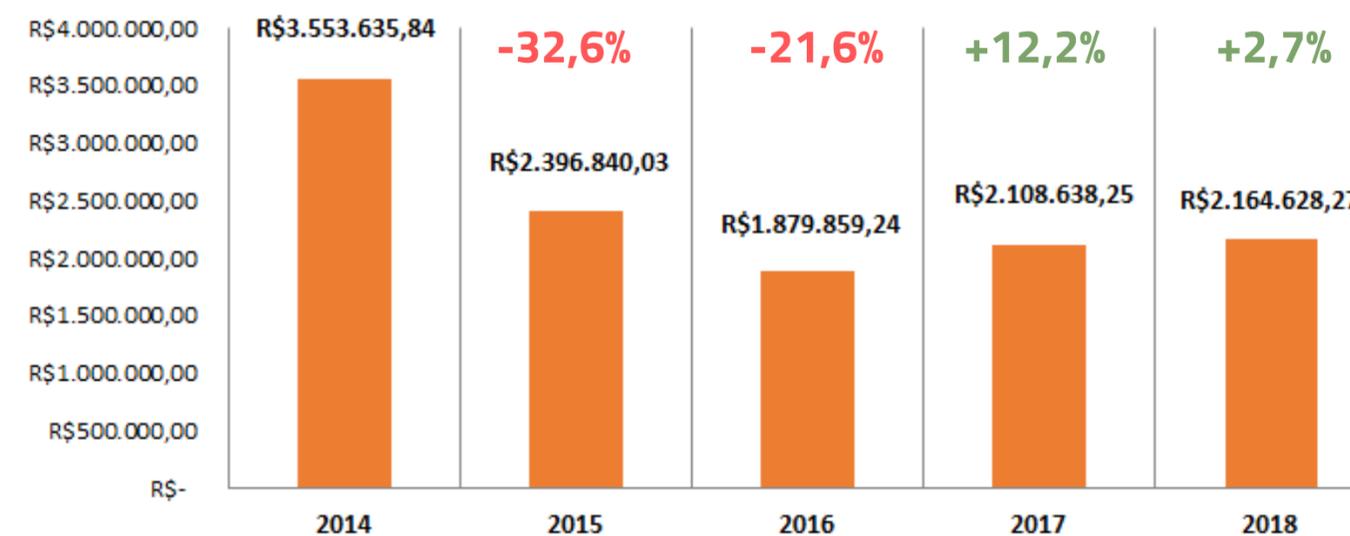
Fonte: Gerência Contábil

Abaixo apresentamos gastos com diárias e passagens, bem como percentuais comparativos entre cada ano, de 2014 a 2018:

Gastos com Diárias



Gastos com Passagens



Fonte: Gerência Contábil

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão orçamentária e financeira

ANÁLISE DE BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro evidencia os resultados que refletem todas as movimentações de recursos (entradas e as saídas de dinheiro) ocorridas durante o período informado.

Considerando o ano de 2018, o resultado financeiro do CFO apurou o superávit de **R\$ 30.302.423,51** (trinta milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e a cinquenta e um centavos).

Balanco Financeiro Resumido			
Receita orçamentária	R\$ 57.311.000,28	Despesa orçamentária	R\$ 26.790.326,64
Recebimentos extraorçamentários	R\$ 17.780.239,92	Despesas extraorçamentárias	R\$ 17.998.490,05
Saldo do exercício anterior	R\$ 29.086.120,22	Saldo para o exercício seguinte	R\$ 59.388.543,73
Total	R\$ 104.177.360,42	Total	R\$ 104.177.360,42
Resultado financeiro			R\$ 30.302.423,51

Fonte: Gerência Contábil

GESTÃO DE PROGRAMAS

No tocante aos programas, o CFO regulamentou através das resoluções CFO/2016 nº 181, 182 e 183 os Programas de Apoio Institucional nas modalidades Sustento (PAI-S), Empréstimo (PAI-E) e Ações Institucionais, respectivamente, que tem como objetivo o repasse de recursos financeiro aos Conselhos Regionais, consoante os comandos que estão preconizados em cada norma.

DESAFIOS



Continuar a buscar o estabelecimento de melhores práticas de planejamento e análises financeiras e orçamentárias para a Entidade.

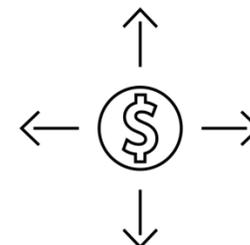


Realizar treinamentos para a equipe técnica para aumento de produtividade e capacidade de trabalho, em consonância com o princípio da eficiência administrativa.



Instrumentalizar o controle social através de dados financeiros cada vez mais confiáveis, fidedignos e transparentes .

AÇÕES FUTURAS



Implantação do novo Sistema de Gestão Contábil que permitirá a consolidação das demonstrações contábeis de todos os Regionais.

Implantação do Sistema de Gestão Patrimonial e Custos.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

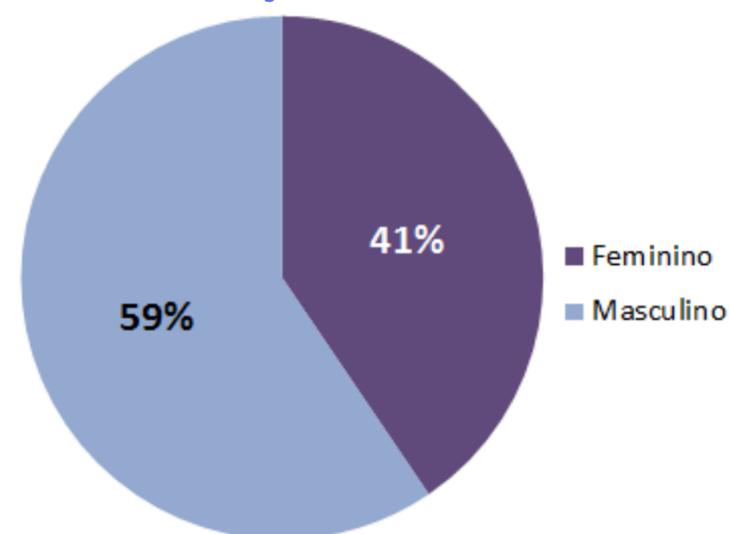
A natureza autárquica das entidades fiscalizadoras do exercício profissional, entre elas o Conselho Federal de Odontologia, restou decidida quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Mandado de Segurança nº 21797-9, DJ de 18/05/2001.

A partir deste marco temporal, o Poder Judiciário entende que todos os contratos de trabalho firmados entre os Conselhos Federal e Regionais de Odontologia a partir da referida data deveriam ser declarados nulos de pleno direito. Não obstante, essa natureza autárquica sempre foi *sui generis*, sendo certo que as relações entre empregados e conselhos profissionais, em que pese o seu regimento pela Consolidação das Leis Trabalhistas, apresentam algumas características especiais devido ao fato desses empregados serem vinculados à Autarquia Federal integrante da Administração Indireta.

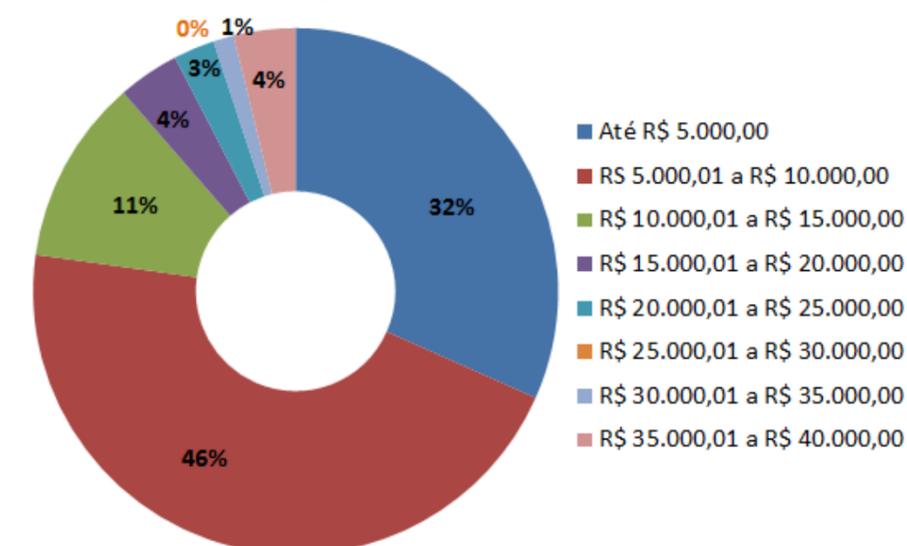
Nesse sentido, mesmo com a sua natureza autárquica, o Conselho Federal de Odontologia cumpre as obrigações legais impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas a seus empregados, bem como observa, quando devido, aspectos originários da Lei 8.112/90.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

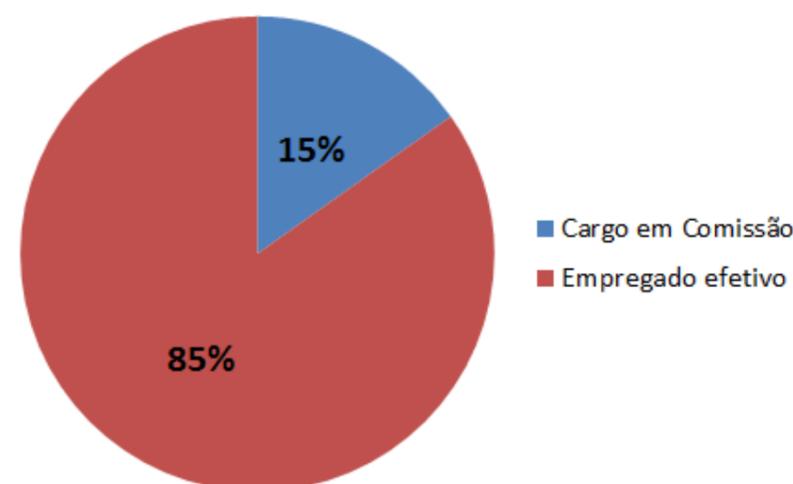
COMPOSIÇÃO POR GÊNERO



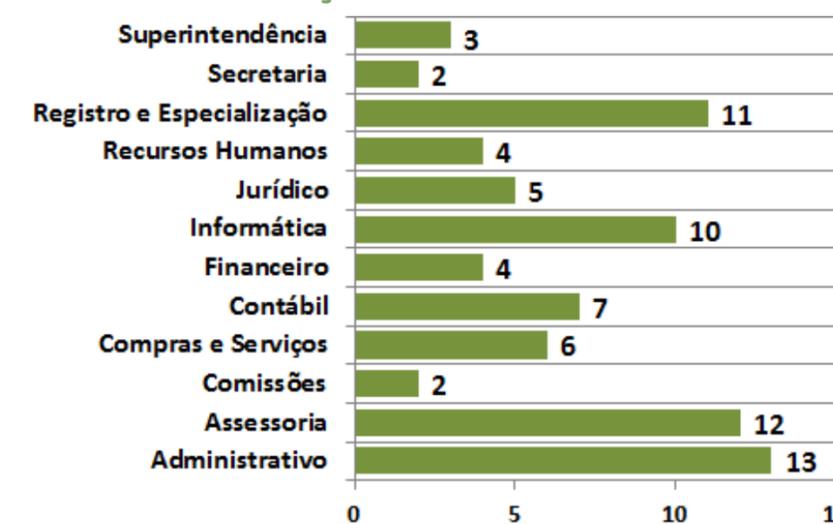
COMPOSIÇÃO POR FAIXA SALARIAL



COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA DE TRABALHO



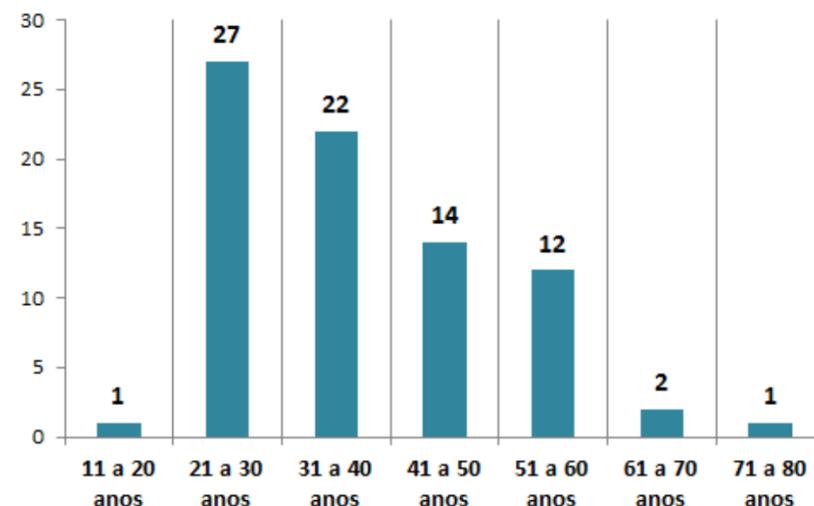
Fonte: Setor de Recursos Humanos

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

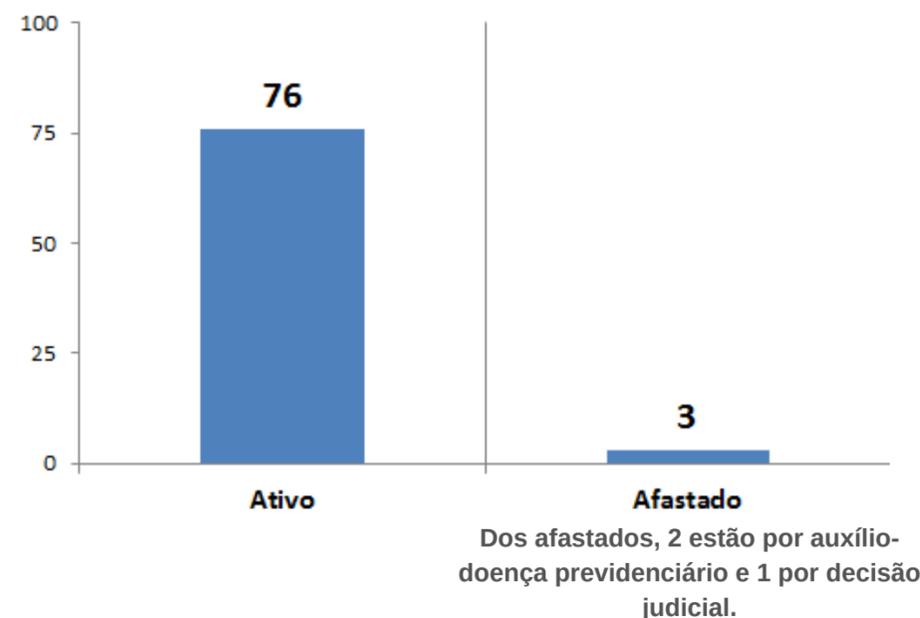
Gestão de Pessoas

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

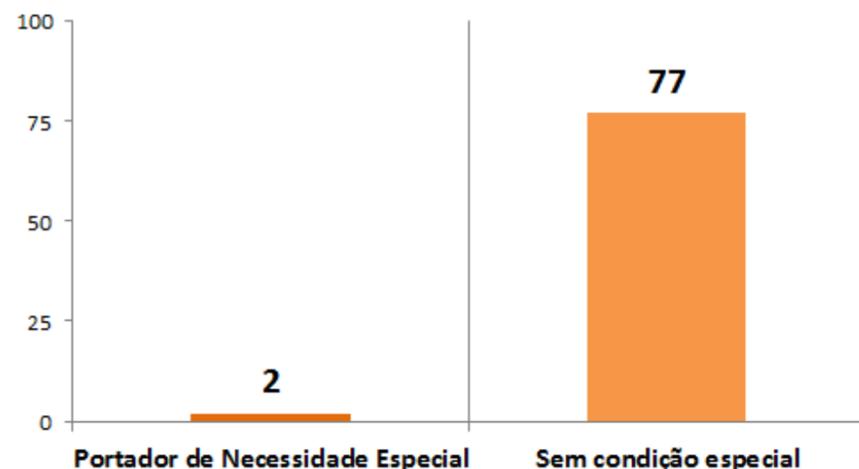
COMPOSIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



COMPOSIÇÃO POR SITUAÇÃO



COMPOSIÇÃO POR CONDIÇÃO ESPECIAL



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO

Considerando o caráter público de sua atividade, o Conselho Federal de Odontologia possui natureza autárquica e, desse modo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, o provimento de seus cargos efetivos ocorre via concurso público.

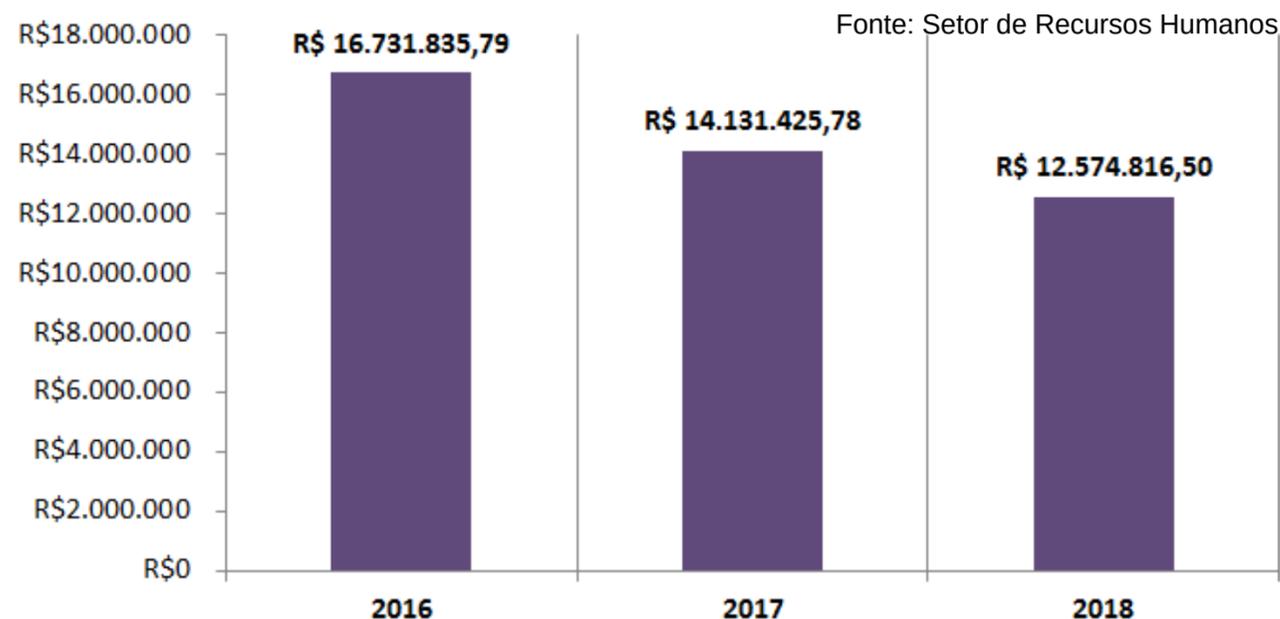
O julgamento do MS 22.643 decidiu que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquias, com personalidade jurídica de direito público. Desse modo, é aplicada a regra do artigo 37, inciso II, da Constituição da República para a contratação de empregados.

Em relação à estratégia de recrutamento, portanto, o CFO adota o concurso público e, em 2017, lançou o Edital 01/2017 que abrangeu diversas áreas para provimento via concurso público.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Pessoas

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL



O CFO, em respeito ao Acórdão nº 1726/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União, realizou a transferência de sua sede administrativa do Rio de Janeiro para Brasília, sendo que 28 (vinte e oito) empregados optaram por mudar de cidade para continuar o vínculo com o CFO, 23 (vinte e três) empregados aderiram ao programa de demissão voluntária (PDV) e 21 tiveram seus contratos anulados, por força da decisão judicial proferida pelo juízo da 62ª Vara do Trabalho no Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública nº 0039400-07.2005.5.010062.

Desse modo, entre 2016 e 2017 houve uma redução de custos de pessoal na ordem de **16%**, e de 2018 em relação a 2017, de **11%** em decorrência da diminuição da força de trabalho.

Diante de tais fatos, atualmente o Conselho Federal de Odontologia possui em seus quadros: empregados não concursados anteriores ao marco temporal de 18/05/2001 (MS 21797-9); os quais optaram por não aderir ao PDV e vir para Brasília; os empregados contratados através da realização do concurso público realizado em 2017; e empregados ocupantes de cargo de livre nomeação e exoneração.

Considerando que os ingressos via concurso público ocorrem com salário significativamente menor do que aqueles que foram desligados nos anos de 2016 e 2017 via anulação de contrato ou PDV, em razão do não acúmulo de direitos e benefícios dos empregados com maior tempo de vínculo, a despesa permaneceu sendo reduzida entre 2016 e 2018.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MERITOCRACIA

Em 2018, o Conselho Federal de Odontologia iniciou discussões acerca da implementação de políticas de avaliação de desempenho e de um plano anual de treinamento, considerando as funções e benefícios relacionados à tais ferramentas.

As progressões funcionais, atualmente, ocorrem por tempo de serviço, no percentual de 1% por ano completo de trabalho.

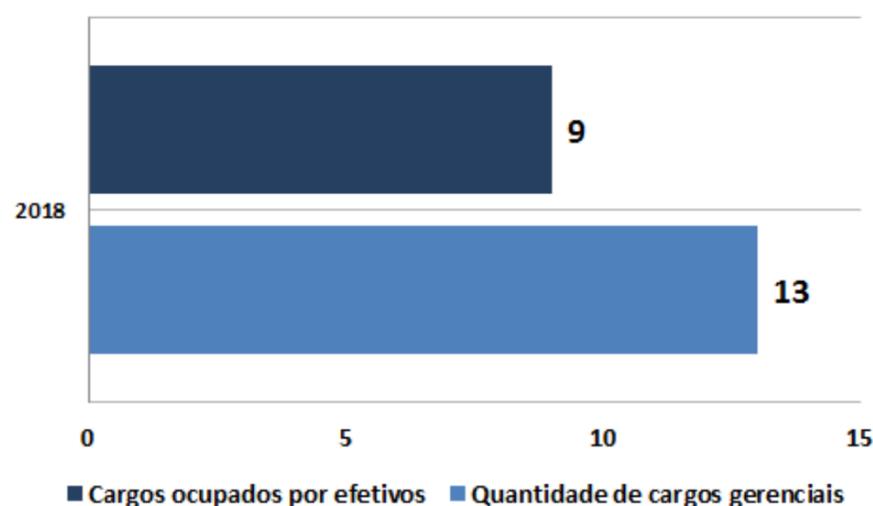
Em relação ao estágio probatório, este não é aplicado por falta de previsão legal, considerando que os empregados, em que pese serem funcionários de Autarquia Federal, não são regidos por regime jurídico próprio. O regramento ocorre nos ditames da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Pessoas

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MERITOCRACIA

Atualmente, dos 13 cargos gerenciais existentes na Autarquia, 9 estão ocupados por empregados efetivos, representando, portanto, **69%** do total.



Fonte: Setor de Recursos Humanos

CAPACITAÇÃO

Como estratégia de capacitação dos empregados, o Conselho Federal de Odontologia realizou estudos no segundo semestre de 2018, a fim de providenciar o levantamento das necessidades de treinamento. Com tal levantamento, está em fase de desenvolvimento e aprovação a política de capacitação e treinamento, bem como o Plano Anual de Treinamento para execução em 2019.

No ano de 2018 foram realizadas ações pontuais de capacitação, visando treinar os empregados para efetivação das tarefas e desenvolvimento de competências. No entanto, ações coordenadas, em consonância com avaliação de desempenho e progressão funcional, estão previstas para ocorrer em 2019.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Como principais desafios e ações futuras, o CFO necessita buscar maior efetividade e resultados em gestão de pessoas por intermédio dos seguintes instrumentos de gerenciamento de pessoas:



Capacitação dos Empregados



Avaliação de Desempenho



Progressão de Carreira



Plano de Cargos e Salários

Em relação a esses aspectos, considera-se que o desenvolvimento da gestão dos recursos humanos necessita de parâmetros e diretrizes sólidas em relação aos programas de ações de capacitação e treinamentos dos empregados, de modo que todos possam ter as qualificações necessárias para a efetivação dos trabalhos demandados.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Pessoas

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A avaliação de desempenho, por sua vez, objetiva promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos empregados, alinhar os processos de trabalho às diretrizes estratégicas da organização, fortalecer o diálogo contínuo entre gestores e empregados a respeito dos resultados desejados, entre outros diversos objetivos.

Ademais, outros pontos de desenvolvimento institucional, como investimento no desenvolvimento de lideranças, criação de cultura de colaboração e comunicação, transparência nas relações entre CFO e empregados, automação de processos, fortalecimento do bem-estar dentro e fora da autarquia, estão devidamente mapeados como desafios e ações futuras.

No que concerne ao Plano de Cargos e Salários, o Conselho Federal de Odontologia, com o objetivo de definir o valor das remunerações e critérios de progressão, iniciou em 2017 a estruturação do documento de regulação da carreira dos empregados. Esse projeto possui como premissa a descrição dos atuais cargos, os valores das tabelas salariais, os critérios para progressão funcional, bem como as regras para enquadramento dos empregados atualmente contratados em cargos iguais ou similares àqueles previstos no referido Plano de Cargos e Salários.

Para tanto, foi criada em 11 de outubro de 2017 a Comissão Especial para estudo do Plano de cargos, carreira e salários e atualização da tabela de progressão funcional do quadro de pessoal da estrutura da administração do Conselho Federal de Odontologia. Tal comissão teve adição de componentes em 24 de Abril de 2018.

Em 2018, foram realizadas 6 reuniões da Comissão Especial para estudo do Plano de cargos, carreira e salários e atualização da tabela de progressão funcional do quadro de pessoal da estrutura da administração do Conselho Federal de Odontologia, nas quais foram discutidos diversos pontos do documento, tais como prazo de progressão, amplitude de desenvolvimento da carreira, gratificação por tempo de serviço, cargos, benefícios, entre outros.

Por fim, em última reunião ocorrida em agosto, a Comissão ratificou a sugestão apresentada quanto à importância de que as propostas do plano de cargos e salários e os termos do acordo coletivo sejam apresentadas à Diretoria pelos membros.

Nesse sentido, considerando o papel de auxílio no fornecimento de subsídios da referida Comissão, bem como as conclusões da mesma, a finalização e implantação do novo Plano de Cargos e Salários do Conselho Federal de Odontologia é um desafio e ação futura a ser efetivada.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Licitações e Contratos

CONFORMIDADE LEGAL

O órgão conta com a Procuradoria Jurídica do CFO nas contratações, assegurando conformidade legal, principalmente às Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005 e 7.892/2013.

Além da aplicação da Lei Geral de Licitações, cabe destacar que os Editais e Instrumentos Contratuais também foram confeccionados conforme as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017 para os contratos de serviço e da Instrução Normativa nº 04/2014 para a contratação de soluções de TI, apenas para citar as mais importantes.

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

Em 2018 foram tomadas medidas para que se adotasse um padrão nos Editais e Termos de Referência/Projetos Básicos do CFO. Com isso, o processo de compras tornou-se mais eficiente e confiável.

As principais contratações do Conselho Federal de Odontologia são de Serviços Gerais e de Tecnologia da Informação e referem-se, principalmente, à infraestrutura da sede do Conselho, que teve sua transferência do Rio de Janeiro para Brasília em 2018.

Detalhamento de contratos por setor - 2018

Setor do CFO	Qtd. de contratos	Valor
Serviços Gerais	15	R\$1.087.003,49
Tecnologia da Informação	11	R\$448.993,04
Recursos Humanos	9	R\$157.364,00
Almoxarifado	6	R\$106.817,71
Secretaria	3	R\$577.619,00
Compras	2	R\$22.990,00
Procuradoria Jurídica	1	R\$2.400,00
Diretoria	1	R\$59.177,96
Arquivo	1	R\$88.547,48
Contabilidade	1	R\$788.000,00
Total	50	R\$3.338.912,68

Fonte: Setor de Compras e Serviços

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

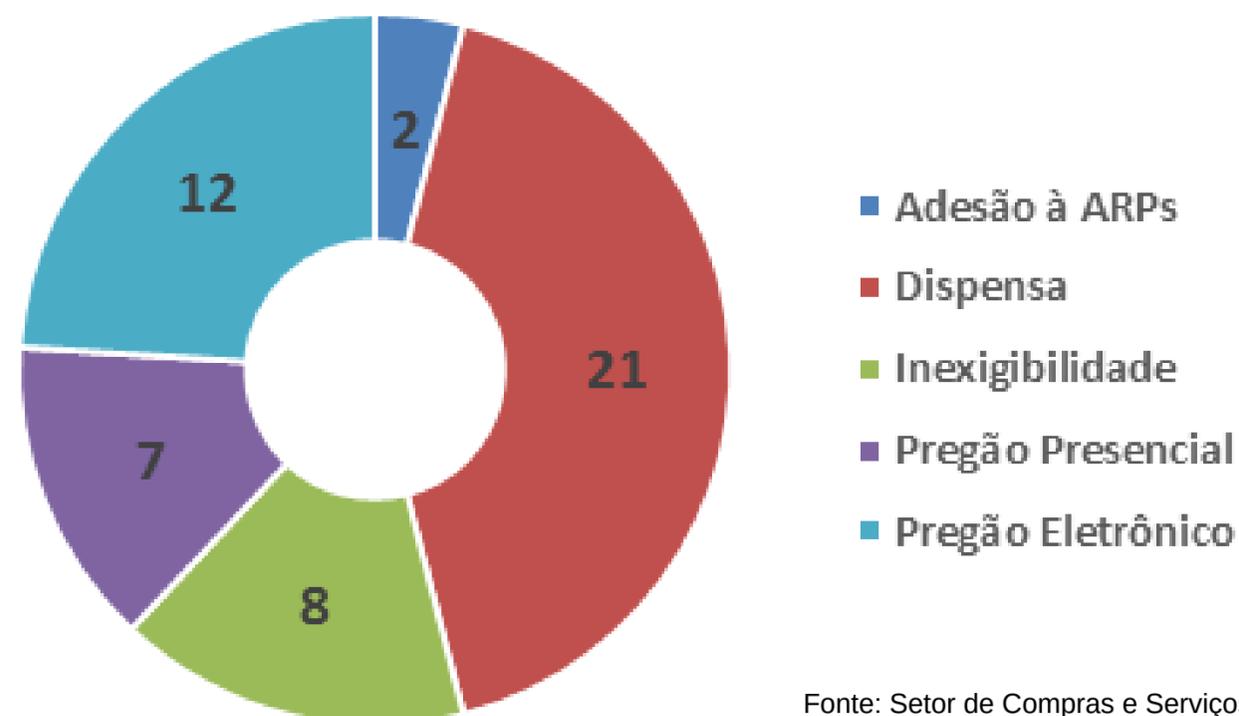
Gestão de Licitações e Contratos

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

Com a seleção por meio do Pregão, foi possível a regularização de diversos processos que continham vícios, tais como as contratações de link dedicado de acesso à internet, gestão documental e sistema contábil.

As contratações diretas representaram a maior parte das compras realizadas em 2018, totalizando R\$256.877,09. Dentre as vinte e uma dispensas de licitação, vinte enquadraram-se no art. 24, inciso II (dispensa por valor) e uma enquadraram-se no art. 24, inciso XXII (fornecimento de energia elétrica) da Lei nº 8.666/1993.

SELEÇÃO DE FORNECEDORES - 2018



Fonte: Setor de Compras e Serviços

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Licitações e Contratos

MELHORIAS IDENTIFICADAS

Cabe informar ainda que foi realizado levantamento geral de contratos para a identificação das contratações vigentes, rescindidas, vencidas, com vícios, etc. Da relação de contratos vencidos e rescindidos foi possível analisar quais objetos precisavam ser recontratados, estes foram incluídos na programação de compras a serem realizadas.

Da relação dos contratos vigentes identificamos:

- a permanência da necessidade daquela contratação;
- a possibilidade de renovação quanto ao prazo;
- a proximidade do fim da vigência;
- se havia algum vício grosseiro.

Com base nessas informações, algumas ações foram tomadas:

- alguns contratos cujos objetos não eram mais necessários com o advento da mudança de sede, por exemplo, foram rescindidos;
- outros foram descontinuados no ato da renovação, seja porque não eram mais necessários, seja porque novas contratações já tinham sido realizadas ou ainda pela identificação de falta de vantajosidade ou atendimento integral do objeto contratado;
- alguns contratos vigentes foram identificados com vícios, mas, por serem essenciais de alguma forma, permaneceram(em) vigentes até que nova licitação fosse/seja realizada;
- nos demais foram tomadas as providências para a formalização das renovações contratuais.

Após este trabalho, foi realizada força-tarefa do Setor de Compras e Serviços contemplando as seguintes medidas:



Organização de todos os processos físicos existentes, concentrando sua guarda no setor para controle e acompanhamento;



Digitalização de todos os contratos vigentes para melhor acesso e disponibilização imediata no Portal da Transparência;



Mapeamento de quais áreas cada contrato pertencia, identificando seus fiscais e, os que ainda não possuíam fiscais formalmente, foram designados por Portaria para devido acompanhamento da execução do contrato.



Acompanhamento do pagamento e da regularidade fiscal e trabalhista através da criação de um fluxo de pagamentos que envolve o fiscal do contrato, o Setor de Compras e Serviços e a Gerência Contábil e Financeira.



Controle da vigência dos contratos e definição do fluxo de processos administrativos para a formalização de Termos Aditivos de Renovação e Alteração Contratual.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Licitações e Contratos

RECONHECIMENTOS

Por consequência de tais melhorias nos processos de aquisição a partir do esforço de sua equipe, o Conselho Federal de Odontologia conquistou em 2018 dois troféus no Prêmio “Boas Práticas nas Contratações Públicas”, realizado por ocasião da 2ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, nas categorias:



“Melhor Termo de Referência de Prestação de Serviços Comuns”, com o trabalho para licitação de Segurança Patrimonial Desarmada.



“Melhor Termo de Referência de Aquisição de Materiais”, com o material elaborado para o pregão de Material de Expediente.

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

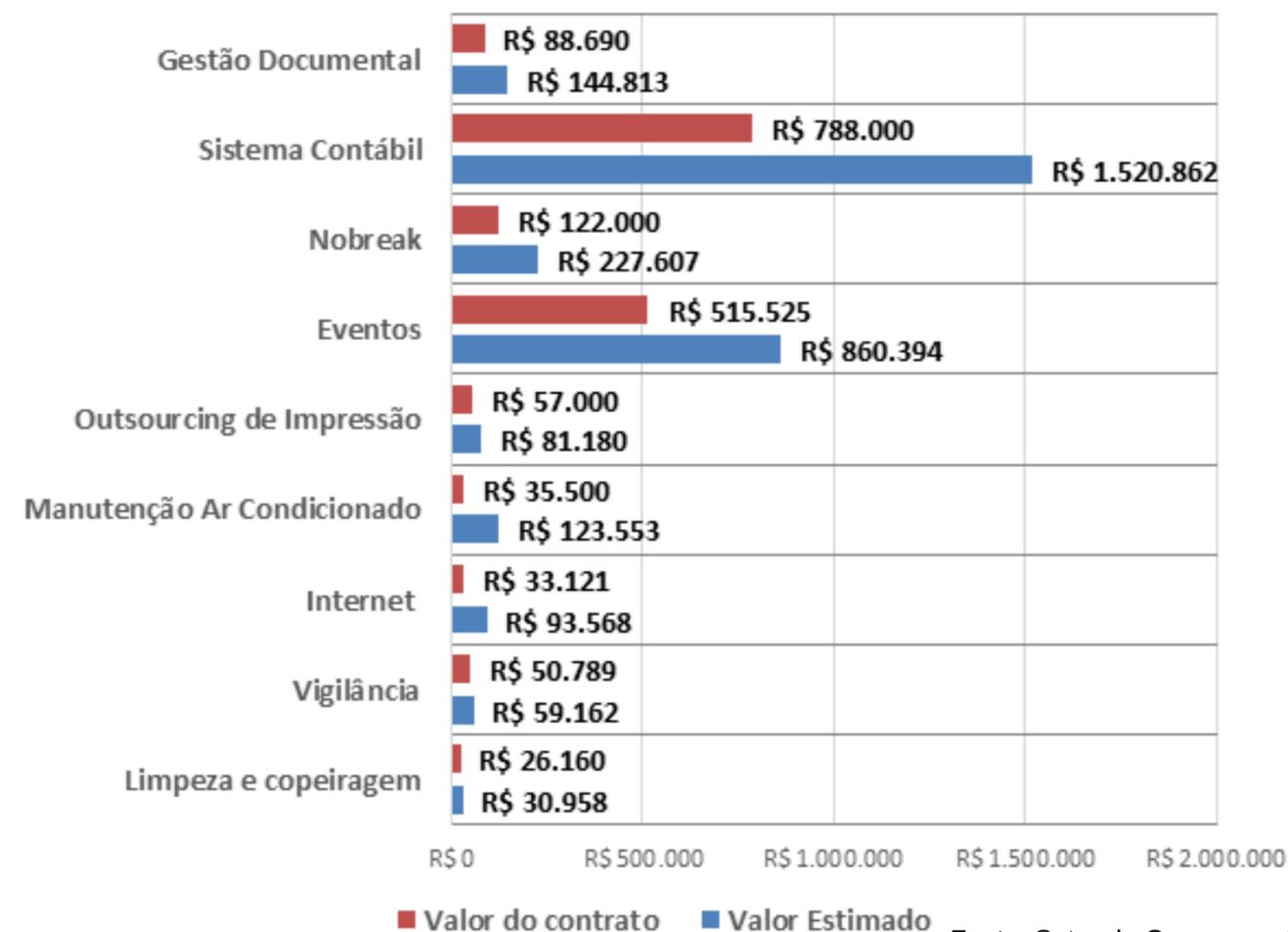
As contratações realizadas em 2018 somam o valor de R\$3.338.912,68 (três milhões, trezentos e trinta e oito mil, novecentos e doze reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhamento a seguir:

Detalhamento de contratos por tipo de seleção - 2018	
Dispensa	R\$ 150.123,09
Inexigibilidade	R\$ 106.754,00
Adesão à ARP	R\$ 179.669,04
Pregão Presencial	R\$ 1.042.297,40
Pregão Eletrônico	R\$ 1.860.069,15

Fonte: Setor de Compras e Serviços

Foi possível observar, no ano de 2018, dois tipos de economia de gastos nas contratações do CFO: a de valor estimado do contrato *versus* valor contratado e a de valor de contratos antigos *versus* valor de contratos firmados no ano. Abaixo, é possível visualizar a economia de algumas contratações realizadas pelo CFO em 2018:

VALOR DO CONTRATO X VALOR ESTIMADO



Fonte: Setor de Compras e Serviços

No total, a diferença entre o valor estimado das licitações e o valor contratado de fato foi de **R\$1.484.713,07** (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e treze reais e sete centavos).

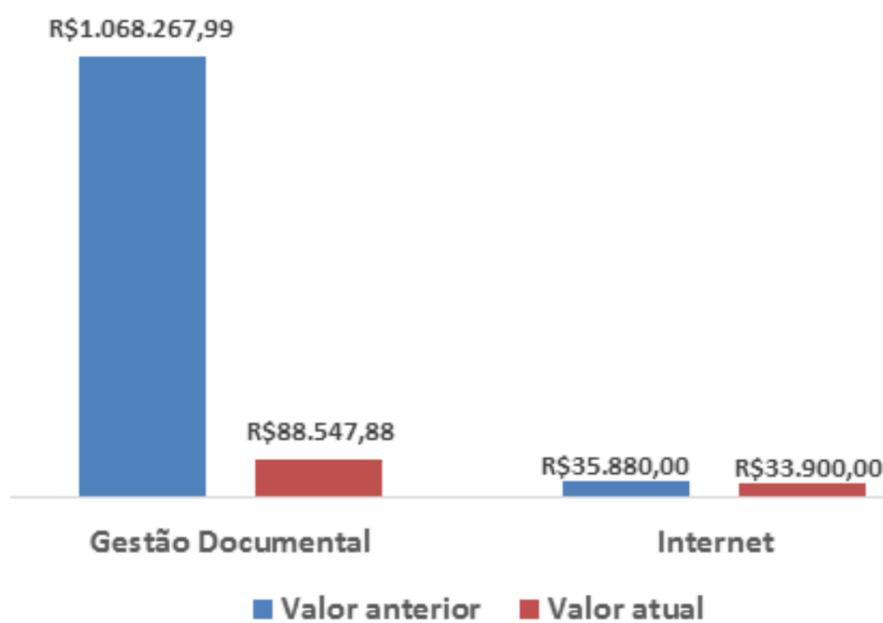
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Licitações e Contratos

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

Foi observada, também, economia em relação aos contratos antigos. Essa diferença pôde ser observada nos contratos de gestão documental e de link dedicado de acesso à internet. Ressalta-se que ambos os contratos ou apresentavam vícios insanáveis ou apresentavam valores incompatíveis com o mercado, razão pela qual tornou-se necessário realizar licitação para a adequação dos objetos e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

CONTRATO ANTIGO X CONTRATO ATUAL



Fonte: Setor de Compras e Serviços

Além de promover economia nos gastos do CFO, essas contratações significaram também a regularização da prestação dos serviços para a Administração Pública, de forma a atingirem sua finalidade de forma eficiente e por meio de processo mais ágil, transparente e com ampla competitividade.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES

Podem-se citar processos relevantes para a continuidade da prestação de serviços do Conselho, como a contratação de link dedicado de acesso à internet, sistema contábil e contratações que garantiram infraestrutura adequada para realização de expediente na Sede do CFO.

No entanto, tendo em vista que este Conselho vem trabalhando num ideal de planejamento estratégico a ser definido, não é possível associar as contratações realizadas a um objetivo estratégico inexistente. Atualmente, o Setor de Compras e Serviços trabalha sob a demanda direta da Diretoria e dos Setores (mediante autorização da Diretoria).

CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

Conforme mencionado anteriormente, a contratação mediante dispensa por valor (abaixo de R\$8.000,00 antes do Decreto 9.412/2018 e R\$17.600,00 após).

As contratações mediante inexigibilidade referem-se, majoritariamente, a cursos de capacitação para os funcionários do CFO.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão de Licitações e Contratos

CONTRATAÇÕES DIRETAS: PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO, PRINCIPAIS TIPOS E JUSTIFICATIVAS PARA REALIZAÇÃO

O detalhamento das contratações diretas segue abaixo:

Quantidade de contratações diretas por tipo	
Dispensa - art. 24, II	20
Dispensa - art. 24, XXII	1
Inexigibilidade	8
Total de contratações diretas	29

Fonte: Setor de Compras e Serviços

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Estabelecer os objetivos estratégicos de Compras e Contratos, alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional.



Elaboração do Plano Anual de Compras e Contratações.



Atendimento ao plano de capacitação dos funcionários do Setor de Compras e Contratos, de forma a tornarem-se capazes de otimizar os processos já existentes e atualizarem-se com as melhores práticas.



Sensibilização da Alta Direção sobre a importância da existência de Planejamento Estratégico e Plano Anual de Compras e Contratações, para nortear as ações do Setor e otimizar os processos.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão patrimonial e infraestrutura

Gestão de custos

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial do CFO será feita pelo novo sistema contábil que está em fase de implementação, por meio do pregão eletrônico 12/2018, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de licenciamento para Sistema de Contabilidade aplicada ao setor público, no âmbito da gestão dos Conselhos de Odontologia - Sistema tecnológico contábil, orçamentário, **patrimonial** e financeiro.

A respeito de suas funcionalidades, o sistema permitirá o controle patrimonial, cálculos de depreciação, amortização, exaustão; permissão de transferência individual, parcial ou global de itens, além de armazenamento dos históricos de todas as operações realizadas com os bens gerenciados, bem como a avaliação patrimonial em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Por fim, importa-se mencionar que o CFO, por meio da portaria CFO-SEC-37, de 11 de abril de 2018 - criou grupo de trabalho para sugerir possíveis destinações dos bens nos termos da legislação aplicável à espécie, que se compatibilizem com o interesse público e, em especial, com os fins institucionais do CFO, mobilizando esforços para atender o Acórdão 2119/2017/TCU/Plenário.

GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos deve processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública.

O sistema de custo do setor público de bens e serviços e outros objetos de custos têm por objetivo, dentre outros, mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades; apoiar a tomada de decisão e avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação dos custos de uma entidade a de outra.

Sendo assim, como se trata de uma ferramenta primordial para a gestão dos gastos e investimentos no setor público, o Conselho Federal de Odontologia vislumbra para os próximos exercícios a implantação desta ferramenta de gestão.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

CONFORMIDADE LEGAL

Em face das adversidades enfrentadas pelo Conselho Federal de Odontologia - CFO, nos exercícios de 2016, 2017 e em parte do exercício de 2018, é importante destacar que as ações exigidas, para atendimento obrigatório de regulamentos internos e externos, às áreas de atuação da Gerência de TI, encontram-se em processo de gradativa construção.

Em 2018, para todas as contratações de bens e serviços da área, foram observadas as leis 8.666/93, 10.520/2002 e IN4/2014 – SLTI/MPOG, momento em que todos os contratos firmados anteriormente foram revistos e readequados aos normativos elencados. Durante o ano de 2018, os primeiros pregões eletrônicos da área de TI do CFO foram realizados, gerando economia e responsabilidade fiscal.

Em relação à Lei de Acesso à Informação, no que diz respeito ao acórdão TCU-Plenário 96/2016, realizou-se a reestruturação das informações disponibilizadas na Internet e do portal da transparência pública do Conselho Federal de Odontologia, aprimorando-se a forma de acesso e obtenção das informações de caráter público.

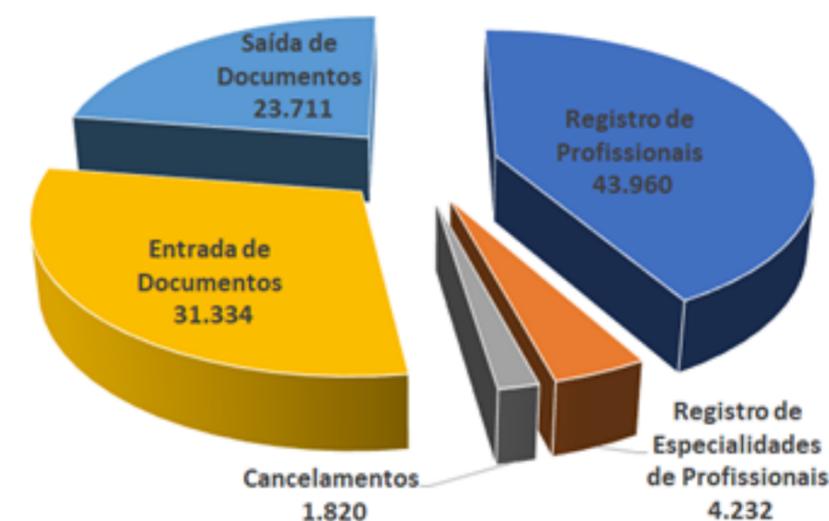
Outra iniciativa que merece evidência foi a elaboração de MINUTA de Política para uso das redes de computadores, de dispositivos portáteis e de demais recursos de TI do Conselho Federal de Odontologia. O termo foi encaminhado à Diretoria do CFO para ciência e deliberação.

Foram realizados, ainda, levantamentos e estudos para confecção dos artefatos faltantes, visando cumprir todas as exigências legais e boas práticas impostas às Autarquias Federais. A readequação de todos os processos e normas será desenvolvida ao longo dos próximos exercícios.

Por fim, ressalta-se que boa parte dos esforços das equipes de TI foram direcionados à manutenção do sistema corporativo financeiro, de cadastro e de protocolo - **MumpS**, que possui abrangência nacional.

A evolução do sistema, para outro de linguagem atual – e conseqüentemente de manutenção mais fácil - está em evolução, com desenvolvimento do projeto e processo licitatório no próximo exercício.

AÇÕES REALIZADAS NO SISTEMA MUMPS - 2018



Fonte: Gerência de Tecnologia de Informação

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

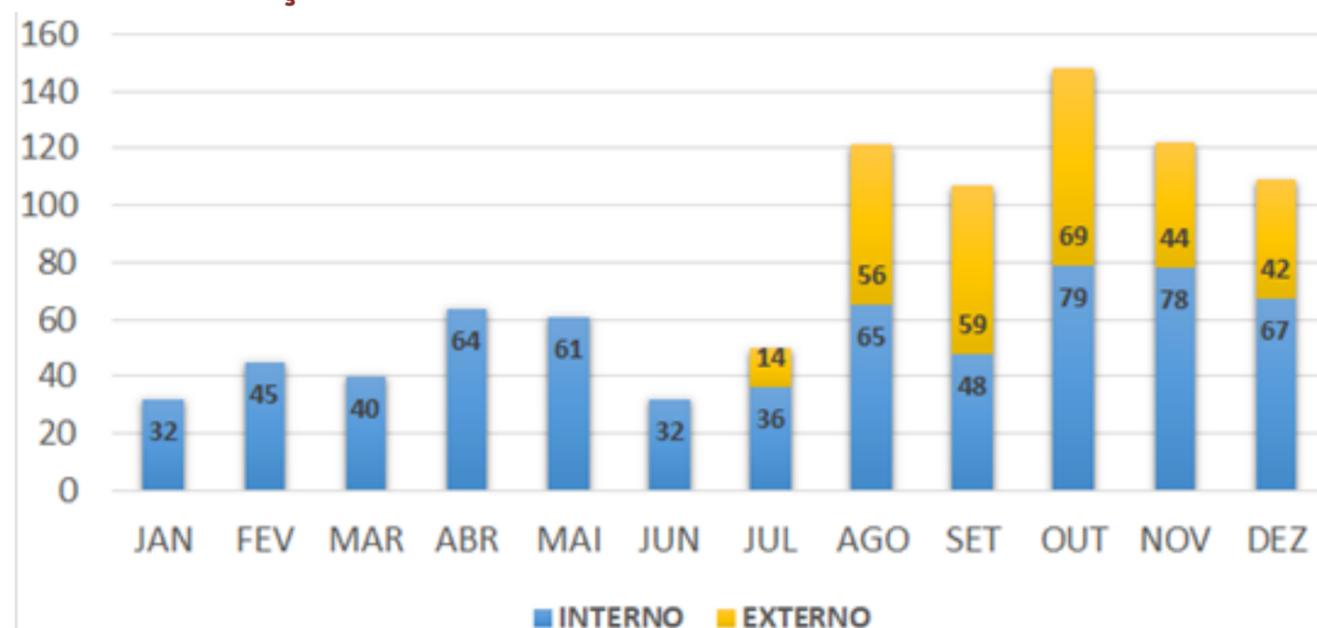
Gestão da Tecnologia da Informação

MODELO DE GOVERNANÇA DA T.I.

A despeito das adversidades citadas no item anterior, que dificultaram o avanço da construção de um modelo de governança de TI, em 2018 a Gerência de TI disponibilizou um sistema de helpdesk (GLPI) que efetua a gestão das demandas de TI (coleta, priorização, etc.), do mesmo modo que controla os contratos da área de TI.

O gráfico abaixo demonstra a demanda represada e não contabilizada em exercícios anteriores, bem como o estabelecimento da cultura e estabilização do número de chamados abertos depois de julho de 2018.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ABERTURA DE CHAMADOS- 2018



Fonte: Gerência de Tecnologia de Informação

São considerados “Incidentes” a interrupção não planejada ou a redução da qualidade de serviços de TI. Chamados de “Requisição” são solicitações diversas feitas à área de suporte, desde que não se enquadrem como incidentes.

QUANTIDADE DE CHAMADOS ABERTOS



TIPOS DE CHAMADOS ABERTOS



Fonte: Gerência de Tecnologia de Informação

TEMPO MÉDIO PARA ATENDIMENTO DE CHAMADOS - 2018

14 HORAS E 12 MINUTOS

Outro processo iniciado em 2018 de forma básica, mas que evoluirá em maturidade em seu ciclo de aplicação, é o responsável por controlar o ciclo de vida de todas as mudanças, com a mínima interrupção aos Serviços de TI, bem como a documentação necessária de cada processo.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

RECURSOS APLICADOS EM T.I.

O valor total de recursos aplicados à T.I. no exercício de 2018 foi de R\$ 732.354,00 (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais). Entretanto, é devido salientar que algumas contratações iniciadas no ano de 2018 ainda não entraram na fase de empenho de recursos e pagamentos.

Considerando que ainda estamos trabalhando num modelo ideal de planejamento estratégico, não é possível atribuir os gastos por cadeia de valor.

Ressalta-se que no gráfico abaixo, os valores são aqueles empenhados e liquidados no exercício de 2018, tendo sido efetivamente gastos.



Fonte: Gerência de Tecnologia de Informação

Já no próximo gráfico, os valores são aqueles de projetos e licitações já finalizadas e cujos contratos estão assinados, não refletindo exatamente os valores realizados em 2018.

CONTRATAÇÕES DE TI POR NATUREZA DE DESPESA



Fonte: Gerência de Tecnologia de Informação

Ademais, projetos de renovação e modernização da área de tecnologia da informação estão em andamento, com licitações previstas para os próximos exercícios.

Os projetos englobarão investimentos em equipamentos, servidores, segurança da informação e serviços de TI.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

CONTRATAÇÕES DE T.I. MAIS RELEVANTES

Processo	Contrato	Descrição	Valor
Proc. CFO 21473/2018	024/2018	Sistema de Contabilidade Pública aplicada a Conselhos de Classe	R\$ 788.000,00
Proc. CFO 6344/2018	010/2018	Solução de Telefonia (Central Telefônica e Aparelhos IP)	R\$ 173.769,04
Proc. CFO 25370/2018	016/2018	Aquisição e instalação de Conjunto nobreak modular de 40kVA	R\$ 122.000,00
Proc. CFO 30384/2018	019/2018	Contratação de serviços de Gestão Documental e guarda/custódia de documentos do Conselho Federal de Odontologia.	R\$ 88.547,48
Proc. CFO 9544/2018	013/2018	Contratação de Outsourcing de impressão e digitalização.	R\$ 57.000,00
Proc. CFO 21553-2018	027/2018	Prestação de serviço de telefone Fixo Comutado (STFC).	R\$ 31.170,00
Proc. CFO 6348/2018	008/2018	Prestação de serviço de tecnologia da informação para prover link dedicado de acesso à internet, da rede corporativa do CFO (Lote 01).	R\$ 24.000,00
Proc. CFO 6348/2018	009/2018	Prestação de serviço de tecnologia da informação para prover link dedicado de acesso à internet, da rede corporativa do CFO (Lote 02).	R\$ 9.600,00
Proc. CFO 6345/2018	OF 006/2018	Aquisição de Antenas WI-FI para a sede do CFO.	R\$ 7.954,00
Proc. CFO 37908-2018	025/2018	Prestação de serviços de auditoria de código fonte de aplicação para eleições <i>on-line dos Conselhos Regionais</i> .	R\$ 6.980,00
Proc. CFO 27328/2018	015/2018	Aquisição de softwares antivírus.	R\$ 5.900,00
Proc. CFO 30699/2018	OF 023/2018	Aquisição de Licença corporativa para o Software TEAMVIEWER.	R\$ 3.640,00
TOTAL			R\$ 1.318.560,52

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS DE T.I.

Atualmente, o Conselho utiliza a cadeia de valor inspirada no trabalho do Ministério da Fazenda em 2017, modelo “estratégia, gestão e suporte.”

A escolha foi feita baseada na similaridade com o que o setor acredita ser o resumo das contribuições mais importantes realizadas em 2018.



Estratégia,
Gestão e
Suporte

Cadeia de Valor	Iniciativa	Principais resultados
Estratégia, Gestão e Suporte	Finalização da transferência da área de TI do Conselho para Brasília	Ocorreu a transferência definitiva dos serviços de TI para a nova sede, bem como a melhoria de alguns processos institucionais envolvendo a TI. Esse processo seguiu as disposições contidas no Plano de Ação apresentado ao TCU, em conformidade com o Acórdão nº 1726/2016 – PLENÁRIO.
	Sustentação do Sistema Corporativo Nacional	O Conselho Federal de Odontologia, desde 1999, promove a integração e a unificação da base de dados da Odontologia brasileira, disponibilizando sistema para atender as atividades finalísticas dos Conselhos de Odontologia.
	Estabelecimento de um portal único do Conselho, contendo informações institucionais e o portal da transparência pública	O redesenvolvimento dos Portais do CFO, tanto o corporativo quanto o de transparência pública, permitiu que a sociedade pudesse obter os dados/informações do Sistema Conselhos de Odontologia, de forma centralizada, atualizada e facilitada. Outros ganhos significativos se deram, considerando as seguintes ações: 1. Adoção de tecnologias que permitem descentralizar da TI a publicação de atos normativos, notícias e informações institucionais; 2. Implementação do serviço de E-sic no site da Transparência e em atendimento ao Acórdão TCU 96/2016; 3. Adoção de medidas preventivas de segurança da informação nos sites do CFO e da Transparência; 4. Adoção de recursos de acessibilidade nos sites do CFO e da Transparência;
	Desenvolvimento de Sistemas e de funcionalidades que melhoraram os serviços prestados aos Conselhos e a população.	1. Implantação de Extranet para uso dos Conselhos Regionais de Odontologia; 2. Sistema interno do CFO que permite a gestão e controle dos Atos Normativos do CFO, inclusive no Portal da Transparência Pública, Cadastro dos Processos Administrativos e dos Processos de requisição para cadastramento/atualização de especialidade; 3. Serviço de emissão de boletos de anuidade através do site do CFO; 4. Serviço de consulta aberta ao público, por meio do site do CFO para: a) Profissionais, estabelecimentos e entidades da Odontologia que se encontram devidamente inscritas e registradas nos Conselhos Regionais de Odontologia; b) Dados gerais e estatísticos sobre: b1) quantitativo de cirurgiões-dentistas especialistas; b2) quantitativos gerais de profissionais e entidades da odontologia em atividade;
	Redução de gastos e aprimoramento dos contratos de fornecimento de soluções de TI	Dentro do processo de reestruturação da área de compras e contratos do CFO, houve revisão quanto a relevância e a adequação dos contratos à nova realidade do Conselho, neste caso especial os da TI, alinhando-os aos normativos legais em vigor.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Apesar do entendimento desta Gerência de TI, a respeito da imprescindibilidade de normas e processos que viabilizem os princípios da segurança da informação, não houve nenhuma iniciativa finalizada sobre o assunto em 2018, considerando as dificuldades apontadas.

Contudo, em relação as ações introdutórias desenvolvidas neste sentido, registra-se a elaboração pela Gerência de TI de minuta propositiva para a institucionalização da Política para uso das redes de computadores, de dispositivos portáteis e de demais recursos de TI do Conselho Federal de Odontologia e, dentro da iniciativa dos estudos de necessidades institucionais de tecnologia, o tema foi exposto para a Diretoria e Plenário do CFO nos projetos que estão sendo elaborados para os exercícios seguintes.

Destaca-se, ainda, que os projetos desenvolvidos visam a conformidade com os normativos legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e o Marco Civil da Internet, e com os padrões técnicos e boas práticas de mercado.



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Considerando o cenário de controle, externo e interno, e o processo de reorganização em curso, é imprescindível ao CFO a construção de conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à gestão o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação.

Neste sentido, importa assegurar, com um nível aceitável de risco, o uso eficiente de recursos, o apoio aos processos da autarquia e o alinhamento estratégico com objetivos desta última, garantindo que o uso da tecnologia da informação para agregar valor ao negócio da organização. (Referência: Acórdão TCU 2.308/2010 – Plenário).

Para tanto, há o entendimento, por parte da Gerência de TI, de que o processo para a construção de modelo fundamental, visando a implantação de estrutura de governança de TI, deverá englobar vários mecanismos e componentes que, logicamente integrados, permitirão desde o desdobramento das estratégias de TI até a operação dos produtos e serviços que por ela são/serão disponibilizados.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Gestão da Tecnologia da Informação

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Evidentemente, para a alcance deste modelo, o CFO percorrerá um contínuo e gradativo processo de construção de maturidade dos domínios e dos componentes essenciais:



Alinhamento estratégico



Conformidade e riscos



Mecanismos de decisão



Critérios de priorização



Portfólio de TI e projetos alocados



Serviços/processos de TI
(operações de sistema, suporte técnico e de infraestrutura)



Gestões do valor e desempenho de TI

Por fim, em continuidade à implantação de boas práticas associadas a gestão de TI, o CFO deverá, decorridos os reveses que o impediram de cumprir integralmente as orientações prescritas em seu Plano Diretor de TI - PDTI, (Decisão CFO nº 15/2011) - em especial, o plano de ação que descreve as estratégias de mudanças preconizadas - é indispensável se rever e se restabelecer os objetivos estratégicos de TI, adequadamente alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional definido pelo CFO.

Como consequência disto, torna-se imperiosa a revisão e atualização do seu PDTI, que deverá, obrigatoriamente, seguir as novas normas aplicáveis.

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Sustentabilidade Ambiental

CONFORMIDADE LEGAL

O Conselho Federal de Odontologia implementou o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que tem como objetivo diminuir a geração de resíduos sólidos produzidos em seu estabelecimento, além de organizar e gerenciar a produção de resíduos sólidos, desde a sua geração até a sua destinação e adequar o estabelecimento quanto às legislações vigentes sobre a matéria. Todo o PGRS está baseado nos princípios, objetivos, diretrizes, metas e instrumentos estipulados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 2010.

Ainda na legislação vigente são apresentadas diferentes definições de interesse para a elaboração do referido plano e também nas decisões a serem tomadas no futuro do gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pelo estabelecimento. Ademais, o gerenciamento de resíduos sólidos pressupõe um conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, tratamento, destinação final dos rejeitos, de acordo com o Plano.

Os resíduos sólidos gerados no CFO foram identificados e classificados conforme definição prevista na norma ABNT NBR 10.004/2004 e no artigo 13, incisos I e II da Lei nº12.305 de acordo com sua origem e periculosidade.

Quanto à origem, os resíduos encontrados no CFO foram classificados como resíduos sólidos **urbanos** e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.

Em relação à periculosidade, foram classificados como **não perigosos** (Classe II), como *resíduos de papel e papelão, resíduo de plástico polimerizado e outros resíduos não perigosos* conforme ABNT NBR 10.004/04.

No estabelecimento também há resíduos de Classe I – **perigosos**, como *pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos e cartuchos de tinta*.

Abaixo segue tabela com principais resíduos produzidos no estabelecimento e sua situação atual de descarte:

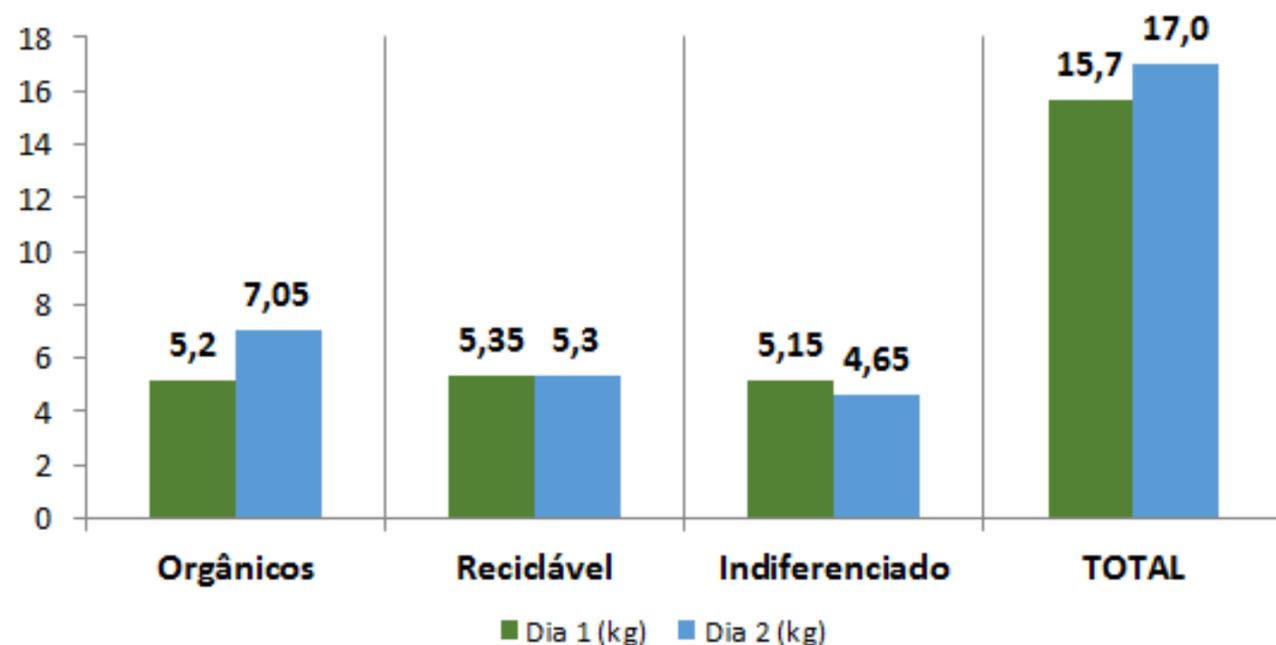
Atividade	Resíduo	Situação de Descarte Atual
Limpeza do local	Varrição	Coleta e transporte – SLU – Destinação – Aterro Controlado
Compra de produtos	Embalagens de plástico, caixas de papelão e papel	Coleta e transporte – SLU – Destinação – Aterro Controlado
Alimentação	Restos de alimentos, guardanapos, canudos, etc.	Coleta e transporte – SLU – Destinação – Aterro Controlado

Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Sustentabilidade Ambiental

ANÁLISE GRAVIMÉTRICA E MEDIDAS TOMADAS

De acordo com o perfil de geração de resíduos do CFO, optou-se por realizar análise gravimétrica, que é o método utilizado para verificação a quantidade diária de resíduos produzida pelo local, em 22 (dia 1) e 26 (dia 2) de novembro de 2018.



Fonte: Apoio Operacional

A partir do diagnóstico das condições da geração de resíduos no CFO e principais dificuldades existentes no local, foi possível propor mudanças e readequações necessárias para melhor gerenciamento de resíduos da autarquia.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DE CONSUMO

Geração e Segregação



A geração e separação dos resíduos deve ser feita em **quatro** diferentes tipos: resíduos orgânicos e passíveis de compostagem; resíduos secos e passíveis de reciclagem; resíduos indiferenciados (rejeitos), que não são passíveis de reaproveitamento; e resíduos perigosos.



Acondicionamento e Armazenamento

Para o acondicionamento, serão necessários diferentes tipos de lixeiras, devidamente identificadas e acomodadas em lugares estratégicos a fim de possibilitar o bom fluxo de funcionários e clientes nas dependências do Conselho.



Coleta e Destinação final

Os resíduos indiferenciados e orgânicos são acondicionados em sacos plásticos biodegradáveis de cor cinza ou preta conforme Resolução CONAMA 275/2001.



Capacitação

Considerando a importância dos colaboradores na cadeia dos resíduos, faz-se necessário treinamento adequado, sendo composto por fase explicativa a ser realizado no primeiro trimestre de 2019.



Monitoramento

É importante que a instituição faça o monitoramento do gerenciamento dos resíduos gerados e destinados com ações voltadas para vistorias periódicas para verificação da separação, coleta e armazenamento dos resíduos.

CAPÍTULO 4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração do Contador

Luciano Mendonça, Contador do CFO



A Gerência Contábil do Conselho Federal de Odontologia - GERCON, de acordo com o Regimento Interno – Resolução CFO 034 de 29/10/2002 compõe a estrutura organizacional do CFO e conforme parágrafo único do artigo 69 exerce a competência organizacional para proceder aos registros de contabilidade da autarquia, levantamento de balancetes e demais demonstrações contábeis, dentre outras atividades.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da autarquia e o arcabouço documental que deu suporte aos registros. Todavia, antes da efetiva declaração, cabe fazer algumas considerações e ressalvas para melhor esclarecer sobre os serviços que originaram o levantamento da situação econômico-financeira do CFO e dar maior clareza as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

O tratamento dos documentos e consequentes registros contábeis efetuados pelo CFO foram realizados, via de regra, diariamente, por meio do SISCONT_NET, sistema contábil fornecido pela empresa Implanta Informática, com os trabalhos de registros feitos pelo serviço de contabilidade da Gerência Contábil do CFO, conforme citado.

A verificação e instrução dos documentos em processos de recebimentos e de pagamentos realizados, que dão suportes aos lançamentos contábeis foi realizada, via de regra, no âmbito da Gerência Financeira, que no decorrer do exercício de 2018, estava sob a mesma égide da GERCON, sendo uma só gerência contábil e financeira com uma só chefia.

É importante registrar a atuação efetiva de natureza fiscalizatória da Comissão de Tomada de Contas do CFO, com apoio técnico de servidora designada especificamente para realização dos trabalhos de análise dos documentos e dos consequentes registros de gestão, em observância ao princípio da segregação de função, com reuniões periódicas e sucessivas, conforme se demonstra no site de transparência do CFO.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia - CFO são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos da autarquia.
- **Balanco Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanco Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas no decorrer do exercício.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Declaração do Contador

Luciano Mendonça, Contador do CFO

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas internas do CFO.

DESAFIOS SUPERADOS EM 2018:

Cabe ressaltar que no exercício de 2018, a entidade teve que trabalhar com alguns desafios e dificuldades, a exemplo do ano anterior de 2017, quando o seu quadro de colaboradores foi reduzido em mais de 50%. Na seara contábil as dificuldades foram grandes para manter a qualidade das informações do Conselho Federal de Odontologia no mínimo necessário para honrar com as principais rotinas e atender as obrigações legais e normativas, bem como com as demandas administrativas internas e externas, dentre elas destacamos as seguintes:

- Em face do reduzido quadro de pessoal para os trabalhos atinentes a rotina da GERCON, configurou-se extrema dificuldade de compor e distribuir adequadamente as tarefas do seguimento contábil e principalmente segregar as funções. Situação que já se apresentava desde o início de 2017 com a saída de mais de 50% da força de trabalho adicionado ao volumoso número de demandas extraordinárias no sentido de oferecer respostas aos órgãos de controle – Comissão de Tomada de Contas do CFO, CGU, TCU, MP e PF, por força da “operação Tiradentes”. Contudo, todos esforços foram feitos no sentido de alcançar o melhor padrão contábil possível.

- Em razão do item acima abordado e pela ausência do levantamento físico-contábil e inventário dos bens patrimoniais, ficaram prejudicados os procedimentos de reavaliações e depreciações, a exemplo do já sinalizado nos exercícios ulteriores, posições externadas nos protocolos internos de números 184 de 06 de janeiro/2017, 35027 de 31 de outubro/2017 e 36291 de 13 de novembro/2017;
- Mudança de sede do Rio de Janeiro para a Capital Federal, nos termos da Decisão CFO 046/2017: referido evento causou naturalmente, em virtude da complexidade do fato, um lapso de tempo, inicialmente, de próximos três meses de defasagem entre os atos e os fatos de gestão e o adequado tratamento contábil sob o aspecto patrimonial e financeiro (falta de análise e conciliações das contas tempestivamente naquela ocasião). Em que pese a preservação do momento orçamentário do lançamento de empenho, liquidação e pagamento, as análises e conciliações das contas em geral só foram possíveis de serem efetivadas e assim restaurar a regularidade, após os trabalhos de atualização dos arquivos de documentos e verificação de todo o arcabouço documental transferido do Rio de Janeiro para Brasília, bem como árduo trabalho de atualização dos serviços, que se deram com maior contundência e mais afinamento e maior controle ao finalizar do ano.

Declaração do Contador

Luciano Mendonça, Contador do CFO

- Em face da necessidade de tornar o mais célere possível as ações da administração e com o objetivo de não paralisar a máquina administrativa e as operações financeiras da autarquia, as assinaturas físicas ficaram defasadas ou com lacunas no decorrer do período da mudança de sede, em razão do facilitador das assinaturas eletrônicas efetuadas pelos diretores, em particular nos processos de pagamentos de despesas, no decorrer do exercício de 2018.
- Em relação as melhorias a serem perquiridas no ano vindouro, pode-se citar como principais:
 - **1)** migração para o novo sistema contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário, em virtude do certame licitatório, culminando e materializando a solicitação protocolizada pela GERCON e GERTI em 05 de outubro de 2017, por intermédio do protocolo 32.564, e, logrando êxito em dezembro de 2018;
 - **2)** busca da reposição da mão-de-obra ideal para a manutenção das atividades em níveis adequados nos seguimentos financeiros e contábil para dar vazão a lacuna deixada quando das saídas de colaboradores no primeiro trimestre de 2017, com as demissões provocadas pela Decisão Judicial da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Programa de Desligamento Voluntário – PDV, que antecedeu a mudança da sede. A reposição de pessoal, permitirá cumprir os procedimentos de inventario, ajustes ao valor justo de mercado e depreciação dos bens, dentre outras rotinas e tarefas adstritas ao seguimento contábil; e,
- 3) Segregação das funções financeiras e contábeis.

DECLARAÇÃO

Considerando ultrapassados os desafios e as dificuldades que se reapresentaram em 2018, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de Caixa, regidos no que couber aos Conselhos de Fiscalização, pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Odontologia, exceto no tocante as ressalvas retro mencionadas em razão das dificuldades e desafios e as notabilizadas em explicações às demonstrações contábeis.

Brasília-DF, maio de 2019.

Luciano de Mendonça Costa, CRC nº 66.820/0-5 Contador

Balanço Patrimonial

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 62.611.174,82	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.312.237,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 59.362.710,60	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$ 250.107,91
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ -	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	R\$ -
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 2.596.822,45	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	R\$ 554.727,90
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	R\$ -	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	R\$ -
ESTOQUES	R\$ 469.080,54	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	R\$ -
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 182.561,23	PROVISÕES A CURTO PRAZO	R\$ 359.033,57
	R\$ -	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	R\$ 148.367,63
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 30.141.607,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ -
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 3.021.257,21	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	R\$ -
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	R\$ 3.021.257,21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	R\$ -
Programa de Apoio Institucional - Empréstimo	R\$ 3.021.257,21	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	R\$ -
INVESTIMENTOS	R\$ -	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	R\$ -
IMOBILIZADO	R\$ 27.120.350,26	PROVISÕES A LONGO PRAZO	R\$ -
BENS MÓVEIS	R\$ 2.999.715,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	R\$ -
BENS IMÓVEIS	R\$ 24.072.822,71	RESULTADO DIFERIDO	R\$ -
TÍTULOS E AÇÕES	R\$ 47.812,47		R\$ -
INTANGÍVEL	R\$ -		R\$ -
		TOTAL DO PASSIVO	R\$ 1.312.237,01
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	R\$ 19.047.799,57
		Ajuste de avaliação Patrimonial	R\$ -
		Demais Reservas	R\$ -
		Resultados Acumulados	R\$ 72.392.745,71
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 91.440.545,28
TOTAL	R\$ 92.752.782,29	TOTAL	R\$ 92.752.782,29
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 60.615.791,48	PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 953.203,44
ATIVO PERMANENTE	R\$ 32.136.990,81	PASSIVO PERMANENTE	R\$ 359.033,57
SALDO PATRIMONIAL			R\$ 91.440.545,28

Superávit Financeiro	
Exercício Atual	Exercício Anterior
R\$ 59.662.588,04	R\$ 28.827.768,79

Fonte: Gerência Contábil

Balanço Orçamentário

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA			RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	R\$ 59.467.159,64	R\$ 59.467.159,64			R\$ 56.895.620,19	-R\$ 2.571.539,45
COTA PARTE	R\$ 55.867.159,64	R\$ 55.867.159,64			R\$ 53.554.664,21	-R\$ 2.312.495,43
FINANCEIRAS	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.700.000,00			R\$ 3.156.928,27	R\$ 456.928,27
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00			R\$ 87.584,53	-R\$ 212.415,47
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00			R\$ 3.069.343,74	R\$ 669.343,74
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00			R\$ 3.069.343,74	R\$ 669.343,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00			R\$ 184.027,71	-R\$ 715.972,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00			R\$ 60.186,41	-R\$ 739.813,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00			R\$ 60.186,41	-R\$ 739.813,59
RECEITAS DIVERSAS	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00			R\$ 123.841,30	R\$ 23.841,30
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 13.712.384,01	R\$ 13.712.384,01			R\$ 415.380,09	-R\$ 13.297.003,92
OPERAÇÕES DE CREDITO	R\$ -	R\$ -			R\$ 415.380,09	R\$ 415.380,09
EMPRESTIMOS TOMADOS	R\$ -	R\$ -			R\$ 415.380,09	R\$ 415.380,09
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	R\$ 427.997,00	R\$ 427.997,00			R\$ -	-R\$ 427.997,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 13.284.387,01	R\$ 13.284.387,01			R\$ -	-R\$ 13.284.387,01
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 13.284.387,01	R\$ 13.284.387,01			R\$ -	-R\$ 13.284.387,01
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ -	R\$ -			R\$ -	R\$ -
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 73.179.543,65	R\$ 73.179.543,65			R\$ 57.311.000,28	-R\$ 15.868.543,37
DÉFICIT	R\$ -	R\$ -			R\$ -	R\$ -
TOTAL	R\$ 73.179.543,65	R\$ 73.179.543,65			R\$ 57.311.000,28	-R\$ 15.868.543,37
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	R\$ 58.118.002,77	R\$ 65.279.543,65	R\$ 25.705.937,49	R\$ 25.705.937,49	R\$ 25.151.209,59	R\$ 39.573.606,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 15.982.791,66	R\$ 15.232.791,66	R\$ 10.037.461,63	R\$ 10.037.461,63	R\$ 9.723.470,77	R\$ 5.195.330,03
REMUNERAÇÃO PESSOAL	R\$ 12.312.916,66	R\$ 11.562.916,66	R\$ 7.766.017,61	R\$ 7.766.017,61	R\$ 7.766.017,61	R\$ 3.796.899,05
ENCARGOS PATRONAIS	R\$ 3.669.875,00	R\$ 3.669.875,00	R\$ 2.271.444,02	R\$ 2.271.444,02	R\$ 1.957.453,16	R\$ 1.398.430,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 34.310.711,11	R\$ 35.060.711,11	R\$ 11.525.868,45	R\$ 11.525.868,45	R\$ 11.285.131,41	R\$ 23.534.842,66
BENEFÍCIOS A PESSOAL	R\$ 2.941.750,00	R\$ 2.941.750,00	R\$ 1.955.383,27	R\$ 1.955.383,27	R\$ 1.843.324,75	R\$ 986.366,73
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 1.192.000,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$ 27.014.561,11	R\$ 27.214.561,11	R\$ 7.296.806,91	R\$ 7.296.806,91	R\$ 7.169.178,39	R\$ 19.917.754,20
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 2.754.400,00	R\$ 3.604.400,00	R\$ 2.165.678,27	R\$ 2.165.678,27	R\$ 2.164.628,27	R\$ 1.438.721,73
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 5.100.000,00	R\$ 12.261.540,88	R\$ 2.779.061,03	R\$ 2.779.061,03	R\$ 2.779.061,03	R\$ 9.482.479,85
SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 1.749.500,00	R\$ 1.749.500,00	R\$ 1.337.914,47	R\$ 1.337.914,47	R\$ 1.337.914,47	R\$ 411.585,53
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	R\$ 175.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 23.540,08	R\$ 23.540,08	R\$ 23.540,08	R\$ 151.459,92
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 200.000,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 2.091,83	R\$ 2.091,83	R\$ 2.091,83	R\$ 597.908,17
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	R\$ 15.061.540,88	R\$ 7.900.000,00	R\$ 1.084.389,15	R\$ 1.084.389,15	R\$ 1.084.389,15	R\$ 6.815.610,85
INVESTIMENTOS	R\$ 5.900.000,00	R\$ 5.900.000,00	R\$ 4.560,00	R\$ 4.560,00	R\$ 4.560,00	R\$ 5.895.440,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.700.000,00	R\$ 4.560,00	R\$ 4.560,00	R\$ 4.560,00	R\$ 2.695.440,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 3.200.000,00	R\$ 3.200.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.200.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.300.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.079.829,15	R\$ 1.079.829,15	R\$ 1.079.829,15	R\$ 920.170,85
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	R\$ 7.861.540,88	R\$ -				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 7.861.540,88	R\$ -				
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 73.179.543,65	R\$ 73.179.543,65	R\$ 26.790.326,64	R\$ 26.790.326,64	R\$ 26.235.598,74	R\$ 46.389.217,01
SUPERÁVIT	R\$ -	R\$ -	R\$ 30.520.673,64	R\$ -	R\$ -	-R\$ 30.520.673,64
TOTAL	R\$ 73.179.543,65	R\$ 73.179.543,65	R\$ 57.311.000,28	R\$ 26.790.326,64	R\$ 26.235.598,74	R\$ 15.868.543,37

Fonte: Gerência Contábil

Balanço Financeiro

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	R\$ 57.311.000,28	R\$ 57.080.343,76	Despesa Orçamentária	R\$ 26.790.326,64	R\$ 43.910.273,21
RECEITA REALIZADA	R\$ 57.311.000,28	R\$ 57.080.343,76	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	R\$ -	R\$ 878.405,62
RECEITA CORRENTE	R\$ 56.895.620,19	R\$ 57.080.343,76	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	R\$ 554.727,90	R\$ -
COTA PARTE	R\$ 53.554.664,21	R\$ 52.522.647,35	CREDITO EMPENHADO - PAGO	R\$ 26.235.598,74	R\$ 43.031.867,59
FINANCEIRAS	R\$ 3.156.928,27	R\$ 3.679.688,38	DESPEZA CORRENTE	R\$ 25.151.209,59	R\$ 28.280.026,34
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	R\$ 87.584,53	R\$ 635.965,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.766.017,61	R\$ 7.554.217,22
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 3.069.343,74	R\$ 3.043.722,65	ENCARGOS PATRONAIS	R\$ 1.957.453,16	R\$ 1.959.253,07
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 3.069.343,74	R\$ 3.043.722,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 11.285.131,41	R\$ 12.927.497,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	R\$ 184.027,71	R\$ 878.008,03	CONTRIBUIÇÕES	R\$ 2.779.061,03	R\$ 3.005.514,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 60.186,41	R\$ 796.112,41	SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ 1.337.914,47	R\$ 1.376.265,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 60.186,41	R\$ 796.112,41	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	R\$ 23.540,08	R\$ 12.505,87
RECEITAS DIVERSAS	R\$ 123.841,30	R\$ 81.895,62	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.091,83	R\$ 54.764,84
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 415.380,09	R\$ -	DESPEZA DE CAPITAL	R\$ 1.084.389,15	R\$ 14.751.841,25
OPERAÇÕES DE CREDITO	R\$ 415.380,09	R\$ -	INVESTIMENTOS	R\$ 4.560,00	R\$ 2.170.952,53
EMPRESTIMOS TOMADOS	R\$ 415.380,09	R\$ -	INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.079.829,15	R\$ 3.553.110,95
	R\$ -	R\$ -	VR PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ 1.262.992,85
	R\$ -	R\$ -	SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ -	R\$ 127.014,37
	R\$ -	R\$ -	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ -	R\$ 9.027.777,77
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ -	R\$ -	Transferências Financeiras Concedidas	R\$ -	R\$ -
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 17.780.239,92	R\$ 30.468.726,74	Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 17.998.490,05	R\$ 28.189.761,30
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	R\$ -	R\$ 878.405,62	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 564.260,01	R\$ 875.102,84
Inscrição de Restos a Pagar Processados	R\$ 554.727,90	R\$ -	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	R\$ -	R\$ 370.586,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 53.563,04	R\$ -	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 20.358,85	R\$ -
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 17.171.948,98	R\$ 29.590.321,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 17.413.871,19	R\$ 26.944.071,99
Saldo em espécie do Exercício Anterior	R\$ 29.086.120,22	R\$ 13.637.084,23	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 59.388.543,73	R\$ 29.086.120,22
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 29.086.120,22	R\$ 13.637.084,23	Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 59.362.710,60	R\$ 29.086.120,22
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	R\$ -	R\$ -	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	R\$ 25.833,13	R\$ -
Total:	R\$ 104.177.360,40	R\$ 101.186.154,70		R\$ 104.177.360,40	R\$ 101.186.154,70

Fonte: Gerência Contábil

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Período: 01/01/2018 a 31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00	
INGRESSOS	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE	56.895.620,19	57.080.343,76	
COTA PARTE	53.554.664,21	52.522.647,35	
FINANCEIRAS	3.156.928,27	3.679.688,38	
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	87.584,53	635.965,73	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.069.343,74	3.043.722,65	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.069.343,74	3.043.722,65	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	184.027,71	878.008,03	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.186,41	796.112,41	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.186,41	796.112,41	
RECEITAS DIVERSAS	123.841,30	81.895,62	
OUTROS INGRESSOS	17.245.870,87	29.590.321,12	
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	
DESPEZA CORRENTE	25.151.209,59	28.280.026,34	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.766.017,61	7.554.217,22	
ENCARGOS PATRONAIS	1.957.453,16	1.959.253,07	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.285.131,41	12.927.497,36	
CONTRIBUIÇÕES	2.779.061,03	3.005.514,79	
SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.337.914,47	1.376.265,97	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	23.540,08	12.505,87	
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.091,83	54.764,84	
VR PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.262.992,85	
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	127.014,37	
OUTROS DESEMBOLSOS	18.044.682,03	28.189.761,30	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	30.945.599,44	30.200.877,24	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	
INGRESSOS	0,00	0,00	
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	4.560,00	2.170.952,53	
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.079.829,15	3.553.110,95	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	9.027.777,77	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.084.389,15	-14.751.841,25	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	
INGRESSOS	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CREDITO	415.380,09	0,00	
EMPRESTIMOS TOMADOS	415.380,09	0,00	
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	415.380,09	0,00	
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.276.590,38	15.449.035,99	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	29.086.120,22	13.637.084,23	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	59.362.710,60	29.086.120,22	

Fonte: Gerência Contábil

Variações Patrimoniais

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
	R\$		R\$		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$ 57.067.626,18	R\$ 57.288.505,95	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$ 26.312.497,35	R\$ 29.268.564,58
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 53.554.664,21	R\$ 52.522.647,35	PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 12.422.299,58	R\$ 14.007.776,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 53.554.664,21	R\$ 52.522.647,35	REMUNERACAO DE PESSOAL	R\$ 7.766.017,61	R\$ 7.554.217,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ 53.554.664,21	R\$ 52.522.647,35	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	R\$ 7.766.017,61	R\$ 7.554.217,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	R\$ 3.156.928,27	R\$ 3.679.688,38	ENCARGOS PATRONAIS	R\$ 2.592.898,70	R\$ 1.981.432,15
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	R\$ 87.584,53	R\$ 635.965,73	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	R\$ 2.592.898,70	R\$ 1.981.432,15
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	R\$ 87.584,53	R\$ 635.965,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL	R\$ 1.955.383,27	R\$ 1.534.511,66
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	R\$ 3.069.343,74	R\$ 3.043.722,65	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	R\$ 1.955.383,27	R\$ 1.534.511,66
MULTAS SOBRE ANUIDADES	R\$ 3.069.343,74	R\$ 3.043.722,65	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 108.000,00	R\$ 2.937.615,13
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	R\$ 172.005,99	R\$ 208.162,19	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R\$ 108.000,00	R\$ 2.937.615,13
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	R\$ 172.005,99	R\$ 208.162,19	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$ 9.647.505,95	R\$ 9.322.839,11
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	R\$ 172.005,99	R\$ 208.162,19	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 779.163,02	R\$ 820.174,57
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 184.027,71	R\$ 878.008,03	CONSUMO DE MATERIAL	R\$ 779.163,02	R\$ 820.174,57
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 184.027,71	R\$ 878.008,03	SERVIÇOS	R\$ 8.868.342,93	R\$ 8.502.664,54
INDENIZAÇÕES	R\$ 60.186,41	R\$ 796.112,41	DIÁRIAS CIVIL	R\$ 1.743.770,00	R\$ 1.769.390,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	R\$ 123.841,30	R\$ 81.895,62	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	R\$ 2.231.353,78	R\$ 2.190.618,28
	R\$ -	R\$ -	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	R\$ 4.893.219,15	R\$ 4.542.656,26
	R\$ -	R\$ -	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$ 1.337.914,47	R\$ 2.639.258,82
	R\$ -	R\$ -	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	R\$ 1.337.914,47	R\$ 2.639.258,82
	R\$ -	R\$ -	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 1.337.914,47	R\$ 2.639.258,82
	R\$ -	R\$ -	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	R\$ 100.084,41	R\$ 98.890,62
	R\$ -	R\$ -	PERDAS INVOLUNTARIAS	R\$ 100.084,41	R\$ 98.890,62
	R\$ -	R\$ -	PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	R\$ 100.084,41	R\$ 98.890,62
	R\$ -	R\$ -	TRIBUTARIAS	R\$ 2.802.601,11	R\$ 3.018.020,66
	R\$ -	R\$ -	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 23.540,08	R\$ 12.505,87
	R\$ -	R\$ -	IMPOSTOS	R\$ 23.540,08	R\$ 12.505,87
	R\$ -	R\$ -	CONTRIBUICOES	R\$ 2.779.061,03	R\$ 3.005.514,79
	R\$ -	R\$ -	CONTRIBUICOES	R\$ 2.779.061,03	R\$ 3.005.514,79
	R\$ -	R\$ -	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 2.091,83	R\$ 181.779,21
	R\$ -	R\$ -	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 2.091,83	R\$ 181.779,21
	R\$ -	R\$ -	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	R\$ 2.091,83	R\$ 181.779,21
Total das Variações Ativas :	R\$ 57.067.626,18	R\$ 57.288.505,95	Total das Variações Passivas :	R\$ 26.312.497,35	R\$ 29.268.564,58
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício	R\$ -	R\$ -	Superávit do Exercício	R\$ 30.755.128,83	R\$ 28.019.941,37
Total	R\$ 57.067.626,18	R\$ 57.288.505,95	Total	R\$ 57.067.626,18	R\$ 57.288.505,95

Fonte: Gerência Contábil

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade utilizado pelo CFO (SISCONT_NET), e tiveram como escopo as informações consolidadas das diversas contas do sistema da autarquia. As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Sumário dos Principais Critérios e Políticas Contábeis adotados pelo CFO:

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Federal de Odontologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem contas bancárias e depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As contas bancárias, observam, no que cabe, o princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), assim sendo, as contas de movimentos, são mantidas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e acolhe todas as disponibilidades financeiras da Autarquia. Sendo as contas de arrecadação mantidas, em razão de procedimento licitatório, pelo banco Bradesco.

Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

(i) adiantamentos; (ii) créditos contratuais ou de outras entidades; (iii) créditos de cota parte das anuidades; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) depósitos restituíveis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e possivelmente, quando couber, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Outros Créditos e Valores a Curto Prazos

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) estoques; (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando necessário. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos com cota parte da dívida ativa, a ser inserido no decorrer do ano vindouro; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos – PAI-E; Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Via de regra, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Conforme exposto nas declarações do contador e corroborado em Nota Explicativa nº 07, o CFO não efetuou os procedimentos afetos ao ajuste ao valor justo e a depreciação, tendo como escopo para o exercício vindouro, o uso de novo sistema patrimonial e a feitura de inventário de bens e a conseguinte definição de procedimentos para ajuste ao valor de mercado e depreciação de seus bens.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Passivo

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras de empréstimos. Os empréstimos são dívidas contratuais (contratos de empréstimos). Não há hodiernamente empréstimos contraídos pela autarquia, o último foi saldado em outubro de 2017, que se deu em razão da aquisição da sede própria da autarquia na cidade de Brasília.

Provisões

As provisões estão segregadas em duas categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) outras, utilizada pelo CFO para classificar o depósito judicial consignado. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a autarquia, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário segue o que preconiza a Lei nº 4.320/1964, ou seja, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. Assim sendo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Notas Explicativas

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da autarquia. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Não há hodiernamente no CFO nenhum contingenciamento de recursos.

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

Nota nº 01

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentada pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. Hoje tem seu domicílio em Brasília, Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Para cumprir essa missão, o CFO legisla através de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos, Laboratórios de Próteses Dentárias e Empresas que Comercializam ou Industrializam Produtos Odontológicos, estas últimas, até a data de 19/12/2018, pois foi suprimida por conta da Resolução CFO 194/2018.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Nota nº 02

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2018, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que foi resultante do Decreto 6976 de 07 de outubro de 2009 e parte da Lei 4320 de 17 de março de 1964, e, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN – PCASP. Quanto a responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destes, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

ATIVO CIRCULANTE (FINANCEIRO):

Nota nº 03

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2018 R\$59.362.710,60 (cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos).

Destes, R\$60.678,61 (sessenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) são de valores constantes nas diversas contas de cobrança do agente arrecadador (Bradesco) de titularidade do CFO e nomenclatura dos CROs, referentes a arrecadação efetuada neste banco a repassar em momento posterior aos respectivos regionais.

Nota nº 04

Demais créditos e valores a curto prazo

Consta um débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento a maior na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Os valores apresentados a seguir representam empréstimos concedidos à Conselhos Regionais sendo, R\$100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010, R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016, e R\$36.857,14 (trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), este já negociado e em fase de pagamento parcelado ao CFO.

Há também, na conta 1.1.3.3.3.08 o saldo de R\$350.068,57 (trezentos e cinquenta mil, sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), referentes ao depósito judicial consignado ao INSS, conforme consta do processo judicial nº 00327875920134025101 em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro, relativamente a consignação de pagamentos de incidência indevida de contribuição previdenciária do INSS sobre verbas indenizatórias da folha de pagamentos de vencimentos.

Na conta 1.1.3.3.3.11 constam depósitos recursais no valor de R\$55.309,81, relativamente aos processos 0100395-63.2016.5.01.0041, 0011175-17.2013.5.01.0055, 0000981.28.2010.5.01.0001.

Nota nº 05

Empréstimos Concedidos de Curto Prazo

O saldo de R\$1.196.302,80 (Um milhão, cento e noventa e seis mil, trezentos e dois reais e oitenta centavos), refere-se aos valores referentes ao Programa de Apoio Institucional na modalidade de Empréstimo – PAI-E. Referidos saldo é o produto da previsão de recebimentos dos empréstimos concedidos para o ano vindouro menos o efetivo recebimento no ano de 2018.

Nota nº 06

Estoques

O Almojarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2018 representavam R\$469.080,54 (quatrocentos e sessenta e nove mil, oitenta reais e cinquenta e quatro centavos).

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

Nota nº 07

Os créditos realizáveis a longo prazo se registram por intermédio de empréstimo concedidos aos Conselhos Regionais que se habilitaram ao Programa de Apoio Institucional – na modalidade de Empréstimo, denominado PAI-E. Referida conta registra saldo em 31/12/2018 de R\$3.021.257,21 (três milhões, vinte e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos). Todos os empréstimos em fase de amortização.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção. Não houve depreciação dos ativos que sofreram tal incidência tampouco a reavaliação ao valor justo de mercado, visto que ainda não ocorreu o inventário dos bens, o confronto físico-contábil e a adequação do sistema patrimonial para receber o procedimento e conseqüente migração para o recém adquirido sistema contábil e patrimonial.

Posição sinalizada nos exercícios anteriores, conforme protocolos internos 184 de 06 de janeiro/2017, 35027 de 31 de outubro/2017, 36291 de 13 de novembro/2017 e 31619 de 06 de dezembro de 2018, este último no findar exercício com o objetivo de buscar solução externa no mercado.

Os valores representativos de bens móveis e imóveis, ao fim do exercício foram de R\$2.999.715,08 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e quinze reais e oito centavos) e R\$24.072.822,71 (vinte e quatro milhões, setenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), respectivamente.

PASSIVO CIRCULANTE (FINANCEIRO):

Nota nº 08

Consignações

Estão evidenciadas as provisões trabalhistas consignadas no decorrer do exercício em tela, sendo o saldo de R\$250.107,91 (duzentos e cinquenta mil, cento e sete reais e noventa e um centavos) referentes ao INSS e ao IRRF relativos ao mês de dezembro de 2018.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Nota nº 09

Demais obrigações de curto prazo

Saldo da conta 2.1.7.9.1.02, R\$350.068,57 (trezentos e cinquenta mil, sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), relativos à provisão para pagamento de INSS em contrapartida a conta 1.1.3.3.3.08.

Nota nº 10

O valor de R\$33.204,19 (trinta e três mil, duzentos e quatro reais e dezenove centavos) refere-se ao contrato CFO nº 06/2018 – Garantia oferecida pela licitante vencedora do certame que originou o contrato CFO Nº 06/2018 com a empresa GSI – Gestão de Vigilância e Segurança Integrada Ltda.

A conta 2.1.8.9.4.02 apresenta em 31/12/2018 o saldo de R\$115.163,44 (cento e quinze mil, cento e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos) referentes ao processo de arrecadação dos CROs no exercício de 2018 pelo banco arrecadador (Bradesco). Referido saldo é, via de regra, repassado aos conselhos regionais no decorrer do mês subsequente.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota nº 11

O patrimônio líquido é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente e, é composto atualmente pelas contas Patrimônio Social e Resultados Acumulados.

Até 31/12/2011, o saldo era composto pela conta denominada Ativo Real Líquido. Com as alterações nas normas contábeis já descritas anteriormente, o saldo resultante da conta Ativo Real Líquido, passou em 02/01/2012 a ingressar na conta Patrimônio Social, ao valor de R\$19.047.799,57 (dezenove milhões, quarenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No tocante a conta de Resultados Acumulados, encerra 31/12/2018 com saldo de R\$72.392.745,71 (setenta e dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos), incrementado com o superávit do exercício na ordem de R\$30.755.128,83 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais e oitenta e três centavos). Com esse resultado o Patrimônio Líquido do CFO foi elevado a R\$91.440.545,28 (noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Nota nº 12

Variações Patrimoniais

A escrituração das receitas e das despesas foi realizada pelo regime misto, sendo a receita pelo regime de caixa e a despesa pelo regime de competência. Ressalta-se que não foi possível a adoção no exercício em questão, da metodologia preconizada pelo MCASP, para a escrituração da receita em regime de competência, visto que a dívida ativa necessitava de adequação à norma, no que tange a descrição da informação fornecida pelo sistema de TI do CFO, que encontrava-se em fase de produção, bem como havia necessidade de se consolidar as posições relativas a forma de contabilização do CFO levando-se em consideração ao que preceitua a norma do MCASP, que após a contratação do novo sistema, o CFO se preparará para dar início em 2019.

O CFO encerrou o exercício de 2018 com uma variação aumentativa de R\$57.067.626,18 (cinquenta e sete milhões, sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e dezoito centavos), e as variações diminutivas totalizaram R\$26.312.497,35 (vinte e seis milhões, trezentos e doze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos).

A entidade obteve no período apurado, um superávit patrimonial de R\$30.755.128,83 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais e oitenta e três centavos).

No mesmo período, o CFO registrou um superávit orçamentário da ordem de R\$30.520.673,64 (trinta milhões, quinhentos e vinte mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Opinião dos auditores externos

O Conselho Federal de Odontologia, a exemplo de exercícios anteriores, não fez uso de Auditoria Independente para o exercício de 2018.

Nesse ponto, imperioso destacar que não se furta esta administração ao reconhecimento da importância do trabalho de auditoria independente, ao passo em que essa questão vem pontualmente fazendo parte das discussões e deliberações da Diretoria, a fim de implantar o modelo que melhor se adeque à natureza autárquica deste Conselho.

cfo

CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, Juliano do Vale, CD

Considerando que deve ser assegurada a integridade deste Relatório de Gestão do Conselho Federal de Odontologia;

Considerando que a integridade diz respeito a garantir fidedignidade das informações apresentadas, observando atributos de clareza, concisão e completude dos dados, e, dentro do possível, o uso de uma linguagem mais acessível ao cidadão;

Considerando as colaborações dos setores indicados, consoante Regimento Interno aprovado pela Resolução CFO – 34/2002 e alterado pela Resolução CFO – 147/2014;

DECLARA:

Que está assegurada a **INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO**, de forma a garantir a segurança da informação quanto aos atos e fatos da Gestão no exercício financeiro de 2018. Que há na Capital da República um Conselho Federal de Odontologia e em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal um Conselho Regional de Odontologia, que constituem em seu conjunto uma Autarquia com personalidade jurídica de direito público, dotados de autonomia administrativa e financeira.

Que o presente Relatório foi organizado contando com o pensamento coletivo, que consistiu na realização de reuniões dos partícipes desse processo de trabalho, oportunidade em que foram promovidos importantes debates para a compreensão dos dispositivos aplicáveis à materialização do Relatório de Gestão Consolidado. Que o CFO envidará todos os esforços no sentido de buscar o constante aperfeiçoamento na elaboração do Relatório de Gestão.

Brasília, 31 de maio de 2019.


JULIANO DO VALE, CD
PRESIDENTE